



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro  
CCHE – Centro de Ciências Humanas e Exatas  
Curso de Licenciatura Plena em Letras – Espanhol

MARIA JOSÉ SOARES DOS SANTOS

**AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM A CONDIÇÃO DE SER  
MULHER: UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, BEAUVOIR, SOTOMAYOR E  
UNAMUNO**

Monteiro– PB  
2017

MARIA JOSÉ SOARES DOS SANTOS

**AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM A CONDIÇÃO DE SER  
MULHER:UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, BEAUVOIR, SOTOMAYOR E  
UNAMUNO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas –  
CCHE da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,  
Campus Monteiro, em cumprimento às exigências legais  
para obtenção do título de grau de Licenciada em Letras,  
Área de concentração – Língua Espanhola.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia

Monteiro – PB  
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237r Santos, Maria José Soares dos.  
As relações de poder que permeiam a condição de ser mulher  
[manuscrito] : um diálogo entre Foucault, Beauvoir, Sotomayor e  
Unamuno / Maria José Soares dos Santos. - 2017.  
64 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em LETRAS  
ESPANHOL) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Humanas e Exatas, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia,  
Departamento de Letras".

1. Mulher e Literatura. 2. La inocencia castigada (Romance).  
3. Nada menos que todo un hombre (Obra). I. Título.

21. ed. CDD 860

MARIA JOSÉ SOARES DOS SANTOS

**AS RELAÇÕES DE PODER QUE PERMEIAM A CONDIÇÃO DE SER  
MULHER:UM DIÁLOGO ENTRE FOUCAULT, BEAUVOIR, SOTOMAYOR E  
UNAMUNO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas –  
CCHE da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,  
Campus Monteiro, em cumprimento às exigências legais  
para obtenção do título de grau de Licenciada em Letras,  
Área de concentração – Língua Espanhola.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia

Aprovada em 03/08/17

**BANCA EXAMINADORA**

*Cristiane A. S. Correia*

Profa. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia  
Orientadora

*Josefa Adriana Gregório de Souza*

Profa. Esp. Josefa Adriana Gregório de Souza  
Examinadora

*Joelma da Silva Neves*

Profa. Joelma da Silva Neves  
Examinadora

Aos meus pais, Jurandi e Neuza , que jamais deixaram de incentivar, durante este trabalho, e ao meu noivo que sempre esteve ao meu lado, incentivando e sendo compreensivo em todo esse período.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela família que me presenteou e por todas as oportunidades que foram concedidas ao longo da minha existência.

Agradeço sincera e profundamente a minha orientadora Cristiane Agnes Stolet Correia, exemplo de profissionalismo, ética e competência, que sempre esteve presente na elaboração deste trabalho. Sua generosidade intelectual e paciência são atribuições que levarei como exemplo para minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus pais, que durante toda minha vida mantiveram – se presentes, sempre me ajudando e apoiando nos momentos mais difíceis, minha base.

Agradeço ao meu noivo Edson, pelo amor, carinho, incentivo e compreensão. Minha vida tornou-se muito mais leve ao seu lado, pois passei a enxergar o mundo de outra forma.

Agradeço ao meu branquinho, meu sobrinho José Henrique, que tornou meus dias mais felizes com a sua chegada, e através do seu sorriso me deu mais forças para continuar acreditando no meu potencial.

Agradeço aos meus irmãos pelos momentos felizes que passamos juntos e por ter me ajudado sempre que solicitava. Muito obrigado!

Agradeço a minha turma por todo o carinho; nosso vínculo será para sempre, pois amigos de verdade são eternos.

Agradeço aos professores pelas importantes contribuições feitas ao longo da minha vida acadêmica.

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar as obras literárias *La inocencia castigada* (1647) de María de Zayas y Sotomayor e *Nada menos que todo un hombre* (1920) de Miguel de Unamuno apresentando um paralelo das figuras femininas presentes em ambas de acordo com o contexto histórico e segundo a perspectiva foucaultiana do poder e seu exercício no meio social. Para tanto utilizaremos como aportes teóricos autores como Foucault (2004, 2007, 2010, 2013), Beauvoir (1980), Maravall (2009), Rice (2009), entre outros. Os conflitos vivenciados nas narrativas denotam as diversas formas de violência às quais as mulheres são/estão expostas, bem como a submissão a qual estão condicionadas enquanto ser humano e que as impede de se constituir como sujeitos. O trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro discorremos sobre a questão do poder, que conforme Foucault, perpassa os homens e as sociedades. Neste sentido, observamos como a mulher é inserida nas relações de poder e a maneira como tais relações afetam a condição feminina. No segundo capítulo traçamos um breve apanhado do feminino ao longo do tempo, ou seja, a história da mulher. Por fim, no terceiro capítulo tecemos uma análise da forma como a mulher aparece inserida nas narrativas levando em consideração o contexto histórico-social no qual estão situadas as personagens protagonistas, mulheres que vivem situações distintas em tempos distintos, mas que trazem em suas vidas a marca de ser mulher. Desta forma, buscamos contribuir para o desenvolvimento do senso crítico, cujo intuito é conduzir a reflexão da posição da mulher na sociedade.

**Palavras-chave:** Mulher, Poder, Submissão.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene por finalidad analizar las obras literarias *La inocencia castigada* (1647) de María de Zayas y *Nada menos que todo un hombre* (1920) de Miguel de Unamuno presentando un paralelo de las figuras femeninas presentes en ambas de acuerdo con el contexto histórico y según la perspectiva foucaultiana del poder y su ejercicio en el medio social. Para estos fines utilizaremos como aportes teóricos autores como Foucault (2004, 2007, 2010, 2013), Beauvoir (1980), Maravall (2009), Rice (2009), entre otros. Los conflictos vividos en las narrativas denotan a diversos modos de violencia en la cual las mujeres son / están expuestas, además de la sumisión por la cual están condicionadas mientras ser humano y que las impide de constituirse como sujetos. Este trabajo está organizado por tres capítulos. En el primero hablamos sobre la cuestión del poder que según Foucault atraviesa a los hombres y las sociedades. En este sentido, observamos como la mujer está insertada en las relaciones de poder y el modo como tales relaciones afectan la condición femenina. En el segundo, describimos un breve trayecto de lo femenino a lo largo del tiempo, o sea, la historia de la mujer. Por fin, en el tercer capítulo tejemos un análisis de la forma como la mujer es insertada en las narrativas tomando en consideración el contexto histórico – social en el cual están ubicados los personajes protagonistas, mujeres que viven en situaciones diversas en tiempos diversos, pero que traen en sus vidas la huella de ser mujer. De este modo buscamos contribuir para el desarrollo del sentido crítico, cuyo objetivo es llevar a una reflexión de la posición de la mujer en la sociedad.

**Palabras clave:** Mujer, Poder, Sumisión



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. O PODER NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT</b> .....	12
1.1 As relações de poder .....	12
1.2. A disciplina dos corpos e o saber .....	15
1.2.1 A questão da sexualidade .....	18
<b>2. HISTÓRIA DA MULHER: UM BREVE APANHADO DA CONDIÇÃO FEMININA NO DECORRER DO TEMPO</b> .....	22
2.1 A mulher: origem.....	23
2.2 A mulher da Pré-história e Antiguidade .....	25
2.3 A mulher da Idade Média .....	27
2.4 A mulher do século dezenove (XIX) .....	29
2.5 A mulher do século vinte (XX): o feminismo .....	31
2.6. A mulher de hoje: contemporaneidade .....	34
<b>3. UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA EM: <i>LA INOCENCIA CASTIGADA (1647) E NADA MENOS QUE TODO UN HOMBRE (1920)</i></b> .....	35
3.1 La Inocencia Castigada (1647) .....	36
3.2 Nada menos que todo un hombre (1920) de Miguel de Unamuno.....	47
<b>4. CONSIDERAÇÕES</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura é de grande importância para a sociedade. Sua leitura é imprescindível, pois, além de ser prazerosa, contribui para o enriquecimento intelectual e cultural de cada leitor, desenvolvendo seu senso crítico e despertando-o para novas experiências. O texto literário provoca certo encantamento por parte de quem ler, proporciona diversão, conhecimento de mundo, sensibilidade e reflexão sobre a realidade. Esse encantamento é o reflexo dos desejos e anseios expressos como forma de demonstração dos sentimentos humanos, pois uma boa leitura restaura a dimensão humana e atua como um organizador da mente, nutrindo o espírito e aguçando a sensibilidade.

É importante ressaltar que a literatura não está presente apenas em livros, mas também aliada às adaptações para outros meios de expressar a arte e a imaginação humana que permitem o despertar e o gosto pela literatura. A música, a telenovela, o cinema e o teatro são os maiores exemplos da literatura além dos livros. Assim sendo, observamos os muitos meios pelos quais a literatura veicula e se faz presente no cotidiano. A arte literária nos possibilita por meio da mimese, o contato com vivências distintas em espaços e tempos também distintos, proporcionando uma experiência única e reveladora.

Partindo desta premissa, o presente trabalho faz uma análise da condição feminina, do ser mulher nas relações de poder constituídas na sociedade. As obras *La Inocencia Castigada* (1647) de Maria de Zayas y Sotomayor e *Nada menos que todo un hombre* (1920) de Miguel de Unamuno constituem o nosso corpus de análise, cujo objetivo é apresentar um paralelo das figuras femininas presentes em ambas de acordo com o contexto histórico, e segundo a perspectiva foucaultiana do poder e seu exercício no meio social. Para tanto utilizaremos como aportes teóricos autores como Foucault (2004, 2007, 2010, 2013), Beauvoir (1980), Maravall (2009), Rice (2009) e outros.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, discorreremos sobre a questão do poder, que conforme Foucault, perpassa os homens e as sociedades. Assim sendo, observamos como a mulher é inserida nas relações de poder e a maneira como tais relações afetam a condição feminina, logo não pudemos nos eximir de tratar de temas discutidos na obra foucaultiana como a sexualidade, o adestramento dos corpos, a disciplina, o saber e a vigilância. No segundo capítulo traçamos um breve apanhado do feminino ao longo do tempo, ou seja, a história da mulher, desde a origem até os dias atuais, assim observamos como a figura feminina é compreendida no decorrer da história e a forma como ultrapassa os limites

instaurados pelos paradigmas sociais na luta por os direitos que lhes são próprios, enquanto ser humano.

Por fim, no terceiro capítulo tecemos a análise das obras anteriormente citadas, observando a forma como a mulher aparece inserida na narrativa levando em consideração o contexto histórico-social no qual estão situadas as personagens protagonistas – doña Inés e Julia Yañes – mulheres que vivem situações distintas em tempos distintos, mas que trazem em suas vidas a marca de ser mulher. Os conflitos vivenciados por ambas denotam as diversas formas de violência às quais as mulheres são/estão expostas, bem como a submissão a qual estão condicionadas enquanto seres humanos que as impedem de se constituir como sujeitos.

Assim sendo, buscamos responder as indagações referentes à mulher adotadas nas obras analisadas, considerando a vida social em épocas distintas e o seu papel nestes contextos históricos e, também, como as obras estudadas propõem críticas sociais da posição da mulher proporcionando reflexões para novos caminhos. Neste sentido, a literatura assume, pois o seu papel de despertar nos leitores-apreciadores a instauração de sentidos não somente ao texto lido, como também a sua vivência cotidiana em um paralelo entre ficção e realidade. Afinal, como diz o adágio popular: a vida imita a arte.

## 1. O PODER NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT

O poder é uma força presente nas conexões existentes no meio social, é uma potência que move os indivíduos nas relações cotidianas na busca por aquilo que almejam, sendo, portanto, algo de caráter abstrato que tem através dos sujeitos e, somente por meio destes, sua concretização. Nas linhas que seguiremos nos debruçaremos sobre o estudo desta força agora mencionada – o poder – buscando aprofundar nossas considerações acerca deste tema. Para tanto, tomaremos como base teórica para pesquisa as obras de Michel Foucault: *História da sexualidade* (1988); *Microfísica do poder* (2007); *Vigiar e punir* (2010) e *A arqueologia do saber* (2013). Nestas obras Foucault trata das questões do poder e como este se consuma de fato no cotidiano das sociedades. Assim sendo, iniciaremos por repensar o conceito sobre o que vem a ser o poder, esta força mencionada nas linhas acima.

### 1.1 As relações de poder

Poder é a capacidade de deliberar arbitrariamente, agir e mandar e também, dependendo do contexto, exercer a autoridade, a soberania. Tem uma relação direta com a capacidade de se realizar algo, aquilo que se "pode" ou que se tem o "poder" de realizar ou fazer. Desde os primórdios da humanidade as relações entre indivíduos e/ou grupos se deram visando o poder, o monopólio, seja ele econômico, militar ou qualquer outro. Uma relação de poder pode se formar, por exemplo, no momento em que alguém deseja algo que depende da vontade de outra pessoa. Esse desejo estabelece uma relação de dependência de indivíduos ou grupos em relação a outro.

Em seus estudos filosóficos aborda diversas temáticas como: a violência, o controle social, a subjetividade, o corpo e a sexualidade, evidenciando as possibilidades de diálogo com o pensamento filosófico e político, além de tratar de assuntos que vislumbram o âmbito dos problemas sociais e contemporâneos. Numa perspectiva foucaultiana, o poder pode ser compreendido como algo positivo, uma vez que é um encadeamento de uma relação e não é possível estar fora dele. Segundo Ele, o poder não existe, o que existe são relações de poder.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se

exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

Sob este aspecto podemos compreender o poder não como algo material, mas como um conceito, uma força que ganha vitalidade e traços de concretude a partir das diversas relações que se encadeiam dentro de uma esfera social. Portanto, esta não está sob a posse de nenhum indivíduo; este é antes de tudo um canal para a veiculação do poder que se materializa nas relações sociais que se convencionaram através dos tempos. Assim, observamos que o poder é uma força contínua na qual os indivíduos exercem papéis, ora como força motora da consumação, ora como receptores da ação por meio das relações vivenciadas e transformadas no cotidiano.

Conforme Foucault (1979), o poder não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. Este poderio em Foucault reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade. Ao ele está estritamente vinculada a produção do saber e da verdade, pois através das transformações das relações de poder os mesmos são construídos.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

É no exterior do exercício jurídico que as relações de poder se ramificam na formatação de regras e paradigmas que delimitam o agir deste. A consciência individual corrobora para o surgimento das relações que materializam o poder como uma força motriz que pode modificar a vida dos indivíduos, quer seja sob o status de executor desta força, quer seja sob o status de dominado. As ações que colocam os homens sob quaisquer uns destes status são dinâmicas, portanto podem ser alteradas a qualquer momento.

Foucault afirma que de certa forma os mecanismos de poder não são objetos de estudos, pois o que se estuda é a maneira pela qual as pessoas e as instituições seja a escola, a família, a religião ou outras atuam como se fossem fonte de poder. O poder só existe em movimento, isto é, em exercício, dessa forma são as pessoas e as instituições que veiculam o poder, porém ele já traz consigo suas possibilidades de resistência, esta passa a ser uma condição de existência do poder, uma vez que “onde há poder há resistência” (FOUCAULT,

1985, p. 91). A resistência, então, deve ser concebida como parte constitutiva das relações de poder, pois ela está sempre presente, e se configura como o grito do descontentamento anunciando o exercício da liberdade.

As relações de poder sempre trazem consigo suas possibilidades de resistência. Este passa a ser para Foucault algo de grande importância que entende essas relações, não como uma relação entre dominantes e dominados, haja vista haver resistência, compreendendo que as mesmas são abaladas e transformadas dessa maneira, sendo assim as relações de poder existem com certa liberdade para as pessoas envolvidas nesta relação, passando a serem relações móveis, reversíveis e instáveis.

A mobilidade, reversibilidade e instabilidade das relações se dá no sentido que existindo a resistência a certas formas de poder, os indivíduos se rebelam contra as forças que ora configuram as relações de poder, expressando seu desejo pela liberdade, expressando sua (s) insatisfação (ões) no que se refere ao exercício do poder sob o qual estão reprimidos. Ao demonstrar a insatisfação às cadeias que sustentam e mantêm, estas relações sofrem movimentação, podendo ser modificadas, daí seu caráter móvel, reversível e instável.

Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Dessa maneira, o poder passa a ser uma realidade dinâmica e de caráter infinito, que orienta os indivíduos a pôr em prática sua liberdade com responsabilidade, visto que é como um instrumento de conversação entre os indivíduos de uma sociedade, em alguns âmbitos sociais reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade. Em seu discurso Foucault ressalta que os seres humanos estão expostos a uma sociedade mascarada e alienada e/ou de certa forma aprisionada, por mecanismos da repressão. Para que haja liberdade e reconciliação consigo, o indivíduo deve se submeter a um reencontro com seu próprio eu e restaurar a sua íntima relação consigo mesmo.

Ora, as relações de poder têm grande extensão nas relações humanas, há um conjunto de relações que são exercidas no eixo familiar entre seus membros, estas fazem com que os indivíduos possam adquirir uma estratégia que os modele, em algumas situações os

indivíduos encontram-se bloqueados diante de um grupo social. Em alguns contextos sociais a liberação é tida como caminho para as relações de poder. Foucault enfatiza que é preciso praticar a liberdade eticamente, a preocupação com a liberdade foi motivo de grandes problemas durante diferentes culturas e por muitos anos.

## **1.2. A disciplina dos corpos e o saber**

A prática da liberdade vai de encontro ao exercício do poder que necessita de um objeto para exercer seu domínio, ou seja, realizar suas atividades materializando-o. O corpo, então se torna objeto, atingindo a realidade concreta dos indivíduos. Desta forma, ocorre a apropriação dos indivíduos por meio de procedimentos técnicos a fim de exercer o poder sobre o corpo através do controle detalhado e minucioso dos gestos, das atitudes, dos comportamentos, dos hábitos e dos discursos.

Assim, podemos observar os efeitos desta força em termos positivos e negativos. Contudo, se faz necessário diferenciar as formas de efeitos: em termos negativos: exclui, reprime, recalca, censura, adestra etc., enquanto em sua positividade, tem como alvo o corpo humano não para lhes causar suplício, mutilações, mas para o aprimoramento. Logo, o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar.

O que Foucault (2010) entende e denomina como adestramento são os métodos disciplinares pelos quais os indivíduos são submetidos à moldagem conforme os paradigmas prescritos nas normas e leis sociais, ao que se convencionou chamar de Educação. Existem muitas instituições na sociedade que estão encarregadas desta tarefa, disciplinar os indivíduos, torná-los sujeitos aptos a conviverem no meio social. Para tanto, se faz necessário o adestramento dos corpos, ou seja, o domínio dos desejos, a capacidade de reger aos próprios anseios. Contudo, tal prática não só se torna possível por meio do seguimento de preceitos que reprimem, mas também, tolhem liberdades e generalizam ações. Assim, se busca uma espécie de padronização dos sujeitos e, para tal, o uso da disciplina é indispensável.

A disciplina tem como objetivo gerir a vida dos homens e, conseqüentemente, os controlar em suas ações para que seja possível e viável sua utilização ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. As relações de poder acabam por serem consumadas por este meio. O poder em sua forma materializada é ferramenta para a moldagem dos sujeitos,

conforme as necessidades vigentes no âmbito social. O corpo é o instrumento para a moldagem, ou seja, a produção da individualidade através do poder.

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. Para individualizar a pessoa, utiliza-se do exame, que é a vigilância permanente, classificatória; que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los para utilizá-los ao máximo. Tudo o que se refere à própria pessoa é a hierarquia do poder que constrói a verdade sobre o indivíduo, o qual não tem participação na construção da verdade sobre si mesmo. Jamais é consultado, interrogado para dizer sobre si mesmo. Às portas fechadas, entre quatro paredes, aqueles que detêm o poder definem quem é o indivíduo através de julgamentos, classificações, medições a fim de individualizá-lo e assim direcionar sua convicção mental a realizar ações, assumir atitudes e padrões mentais de pensamentos para que seja utilizado ao máximo pela máquina do poder (TAVARES, 2012, p.13).

A vigilância assume, pois, o aspecto de exame pelo qual se buscam produzir características singulares nos indivíduos. Eis o poder como produtor da individualidade dos sujeitos. As relações e as estratégias utilizadas acabam por produzir diferentes aspectos nos sujeitos, uma vez que as teias das relações podem ser as mais distintas, ainda que todos sejam mantidos sob a mesma forma de vigilância. A verdade sobre os indivíduos, como observamos no excerto acima, é produto do poder.

A vigilância permite a produção de conhecimento sobre aqueles que são vigiados – aspecto fundamental para o exercício do poder. Nesse contexto, poder e saber são unidos de forma a propiciar um controle ainda mais conclusivo, perene e profundo. Vigiar viabiliza a produção do saber e torna possível conhecer o objeto que está sob vigilância, uma vez que o saber produzido reforça as possibilidades de exercer poder sobre tal objeto.

As instituições têm fundamental importância na vigilância dos indivíduos, pois “[...] funciona permanentemente e em grande parte em silêncio” (FOUCAULT, 1996, p. 158), na maioria das vezes quase imperceptível. Os indivíduos se tornam agentes da própria vigilância, observam-se mutuamente e, a qualquer sinal de anormalidade, buscam correção por meio das instituições competentes. Partindo desta concepção a sociedade necessita de regras, e estas regras passam a ser a disciplina que é uma espécie de organização do espaço, e também controle do tempo. A disciplina passa a ser um processo contínuo, que exerce um poder que conduz o saber. Poder fazer uso da disciplina e seus meios na sociedade moderna é percebido de forma positiva, pois o poder, como mencionado anteriormente, produz a individualidade, o sujeito é uma produção do poder e do saber.

O saber, que é o conhecimento obtido pelo homem, não é algo que lhe é intrínseco, mas inventado, assim:



(...) uma análise causal, em compensação, consistiria em procurar saber até que ponto as mudanças políticas, ou os processos econômicos, puderam determinar a consciência dos homens de ciência o horizonte e a direção de seu interesse, seu sistema de valores, sua maneira de perceber as coisas, o estilo de sua racionalidade: assim em época em que o capitalismo industrial começava a recensear suas necessidades de mão-de-obra, a doença tomou uma dimensão social: a manutenção da saúde, a cura, a assistência aos doentes pobres, a pesquisa das causas e dos focos patogênicos tornaram-se um encargo coletivo que o Estado devia, por um lado, assumir e, por outro, supervisionar (FOUCAULT, 2013, p.199).

O saber direciona os passos da humanidade. Conhecer algo possibilita ao homem discernir e definir quais as ações a serem realizadas para resolução de algum problema ou mal que aflige, seja individualmente ou coletivamente. Afinal, as relações de poder de cada época é que determinam a busca de determinado conhecimento, pois o todo conhecimento é formado através da relação entre sujeitos, entre poderes.

O poder é algo multidirecional, está presente em todas as ramificações da sociedade, quando nos direcionamos para a coletividade em seu caráter social, emerge o Estado/o Governo, que é responsável por gerir a vida da sociedade sanando os problemas e oferecendo os meios para o desenvolvimento físico, psicológico e social dos indivíduos. O poder encontra na figura abstrata do Estado o veículo para o seu exercício sobre os corpos e, conseqüentemente, sobre os indivíduos.

Não se trata de saber se o poder é o que age do exterior sobre a ciência, mas os efeitos de poder que circulam. O que faz com que o poder seja aceito é simplesmente que ele não é só uma força que diz não, mas que produz coisas e induz ao discurso. O poder neste âmbito intelectual foi de grande repercussão, pois alguns intelectuais foram perseguidos pelo poder político, não pelo discurso em geral, mas pelo saber que detinham, constituindo assim um perigo político. Desta forma, surge o intelectual que faz uso do seu saber, e reivindica na universidade, o seu espaço neste âmbito.

Sabemos que o poder está presente em todas as esferas sociais, e cada sociedade possui seu regime de verdades, o seu próprio discurso, com tudo isto o intelectual neste espaço tem a função de lutar, sendo necessário pensar nos problemas que enfrenta, não em termos de ciência, mas na verdade e no poder. A verdade está ligada a um sistema de poder que apoia e produz efeitos, são os efeitos desse poder que produzem a verdade. Esta não é algo que surge ocasionalmente, é, antes de tudo, resultado das estruturas das relações de poder que ora permitem a expressividade em caráter libertário, ora reprimem. A forma como a sociedade – o povo – se relaciona com aquilo que rejeita é excluindo ou exilando, uma vez que é regida por leis, conceitos e aspectos morais, práticas que em suma são formas de poder.

Tanto controle reforça o processo de afastamento individual do corpo. Ao mesmo tempo em que não nos reconhecemos enquanto indivíduos, tampouco, sabemos lidar com nossas sensações corporais, desejos e anseios particulares, que desde cedo são minimizados e freados. O desconhecimento leva a comportamentos comuns atualmente, para tudo existe um medicamento, seja para problemas de ordem física ou emocional. As pessoas não sabem mais conviver com a dor, levando a criação de uma geração anestesiada de sensações.

Nesse sentido, Foucault (2007, p. 147) sugere: “como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: Fique nu... seja mais magro, bonito, bronzeado [...]”, tal pensamento vai à contraposição ao que se foi colocado como correto, o corpo antes motivo de vergonha e pena passa a ser instrumento de apreciação. Assim sendo, deve ser mostrado e contemplado; transformando-se numa espécie de cartão de visitas. É necessário estar bem, porque isso influencia em suas relações cotidianas, seja com os amigos, colegas de trabalho, com a empresa, visto que o cuidado com a aparência denota uma maior competência profissional.

### 1.2.1 A questão da sexualidade

Reside neste âmbito o estudo acerca da sexualidade dos indivíduos que durante muito tempo foi um tema tabu. Logo, não se fomentava a questão do ser humano trazer em si como aspecto nato, próprio de sua natureza a sexualidade. Desta forma, sempre se buscou a repressão sexual através da disciplina sob a égide da lei. A lei impõe as regras de conduta sexual, submetendo a existência da sexualidade à obediência de tais normas, isto é, a sexualidade só existe em vigor da lei que normatiza o (s) comportamento (s) sexual (is).

Assim:

(...) A teoria da repressão, que pouco a pouco vai recobrir todo o dispositivo de sexualidade, dando-lhe o sentido de uma interdição generalizada, tem aí seu ponto de origem. Ela é historicamente ligada à difusão do dispositivo de sexualidade. Por um lado, vai justificar sua extensão autoritária e coercitiva, colocando o princípio de que toda sexualidade deve ser submetida à lei, ou melhor, que ela só é sexualidade por efeito da lei: não somente é preciso submeter a vossa sexualidade à lei, mas não tereis uma sexualidade a não ser por vos submeterdes à lei. Mas, por outro lado, a teoria da repressão vai compensar essa difusão geral do dispositivo de sexualidade por meio de análise do jogo diferencial das interdições, de acordo com as classes sociais. Do discurso que dizia, no fim do século XVIII: “Existe em nós um elemento de valor que se deve temer e poupar, a que devemos prestar todos os cuidados se não quisermos que engendre males infinitos”, passou-se a um discurso que diz: “Nossa sexualidade, por oposição à dos outros, está submetida a um regime de repressão tão intensa que o perigo, agora, está nisso; não somente o sexo é um segredo temível, como não cansaram de dizer às gerações precedentes os diretores espirituais, os moralistas, os pedagogos e os médicos, não somente é preciso desencavar sua

verdade, mas, se ele carrega consigo tantos perigos, é porque – por escrúpulo, senso aguçado do pecado ou hipocrisia, como quiserem – o reduzimos a silêncio por tempo demais”. Doravante, a diferenciação social não se afirmará pela qualidade “sexual” do corpo, mas pela intensidade da sua repressão (FOUCAULT, 1988, pp. 120-121).

A sexualidade sob a repressão intensa acaba por constituir numa forma de perigo que tem sua culminância nos problemas de saúde dos indivíduos. Ora, antes não se expressava por obediência aos preceitos morais e religiosos que inseriram o corpo – meio pelo qual se vive a sexualidade – como objeto de repúdio e vergonha, porém no íntimo das relações e vivências havia a prática de atos caracterizados como pecado, o que deixava sobre os indivíduos profundas marcas. O escrúpulo revestido pela hipocrisia tornou-se habitual ocasionando problemas mais danosos que as práticas sexuais que configuravam o mal. Contudo, intrínseco ao aparato social estava presente o controle da sexualidade, esta quanto menos exposta e em consonância com o que se impunha como benéfico, mais se aproximava o indivíduo da salvação proclamada pelas instituições religiosas e do reconhecimento como sujeito de caráter ilibado.

(...) mas nessa preocupação com o corpo sexual, havia mais do que a simples transposição burguesa dos temas da nobreza com fins de auto-afirmação. Tratava-se também de outro projeto: o de uma expansão infinita da força, do vigor, da saúde, da vida. A valorização do corpo deve mesmo ser ligada ao processo de crescimento e de estabelecimento da hegemonia burguesa; mas não devido ao valor mercantil alcançado pela força de trabalho, e sim pelo que podia representar política, econômica e, também, historicamente, para o presente e para o futuro da burguesia, a “cultura” do seu próprio corpo (FOUCAULT, 1988, p.118).

Emerge nesse aspecto a concepção de cultura do próprio corpo que vai atribuir ao corpo novo significado. A sexualidade abrange meios nunca antes visitados na tentativa de promover no corpo uma nova nuance que corresponda aos anseios das normas já instituídas, como também o adaptando ao novo, ao que agora surge conforme a evolução social. O corpo ganha novo conceito, assimila novas formas que possibilitem as relações de poder agora atuantes na sociedade. O poder é perpetuado através dos tempos perpassando as relações que se modernizam, assim como os próprios sujeitos. A concepção que se tem de corpo está estritamente vinculada às ideias propagadas pela classe dominante que exerce seu poder através da imposição de ideologias próprias do seu modo de vida, ou seja, de conceber e perceber o mundo, a realidade.

A partir dessa concepção observamos que o corpo, objeto de poder, tem passado ao longo do tempo por transformações não somente físicas como também conceituais. O

conceito de corpo na modernidade muda, tendendo a ser uma das muitas maneiras pelas quais o poder veicula concedendo aos homens a capacidade em exercê-lo. As relações de poder que ora vigoram retiraram o corpo da posição do ultraje, da não exposição para a categoria do belo, daquele que deve ser exposto para apreciação de todos. Assim é possível compreender como as relações de poder modificaram a disciplina e a moral, não que ambas tenham sido extintas ou ficado escassas, mas que tenham sido transformadas, ressignificadas.

Tal fato traz à tona a figura da mulher nesse âmbito das relações de poder. O feminino quando visto numa perspectiva foucaultiana traz em seu bojo a defesa da liberdade, direito inscrito na ideia de humanidade. Uma vez que a questão da liberdade remete a quem somos e ao que fazemos, inevitável dissociar a consciência das nuances da realidade em que vivemos, atentando para os aspectos visíveis e invisíveis que nos mantém nas relações de poder modernas. Tão logo se tornam concretas as ações que possibilitam o exercício do poder, a liberdade se inscreve como um valor que perpassa os limiares do poder, sendo este confrontado e questionado. Ampliam-se as fronteiras que atuam como limites da repressão social e modifica-se a visão, o entendimento dos indivíduos, uma vez que todo confronto propicia a produção do conhecimento, do saber.

As preocupações com as questões da liberdade e das relações éticas são compreendidas como questões fundamentais tanto para Foucault quanto para as pensadoras feministas, deixando claro assim uma primeira aproximação, ao mesmo tempo em que uma primeira distinção. Apesar dos objetivos aparentemente diferentes do feminismo e de Foucault, ambos buscaram desconstruir os modos existentes, mas que não são visíveis de dominação. Para Foucault, o papel do intelectual estaria em desconstruir os modos de dominação que interpretam, proíbem ou invalidam discursos e saberes, resgatando, assim, sua influência e força. Já o movimento feminista propõe uma ação assumidamente política com vistas à libertação de minorias historicamente oprimidas.

A mulher, como sujeito que sofre a opressão/repressão social de uma sociedade patriarcal não é objeto de análise nos estudos foucaultianos. Entretanto, não há como se esquivar da questão da subjetividade feminina que é relegada à submissão da figura e subjetividade masculina, equiparando-se desta forma a relação senhor/escravo. Em outras palavras, a mulher, conforme a história da humanidade, é sempre subjugada, exercendo nas relações de poder papéis secundários, ficando a mercê da vontade e imposição patriarcal. A força exercida pelo poder é direcionada à mulher sempre como uma força que disciplina por meio da opressão tolhendo-lhe as vontades e desejos e domando-a para ser sempre dócil e servil.

Rebelar-se contra as relações impostas revela uma não aceitação que foge das teias do poder. No entanto, como vimos anteriormente, há mobilidade, reversibilidade e instabilidade nas relações de poder, por isso, a objeção feminina acaba por gerar novas relações. Logo, não nos debruçaremos sobre estes aspectos aqui, pois se faz necessário compreender como a figura feminina, ou seja, a mulher é tecida nas veias das relações de poder da humanidade, desde os primórdios até os dias atuais. Assim sendo, discorreremos brevemente a seguir sobre a História da mulher, traçando um paralelo desta figura tão importante, seja qual for a relação estabelecida na sociedade, mas que ficou suplantada por um longo período, mas que luta pelo direito de igualdade.

## **2. HISTÓRIA DA MULHER: UM BREVE APANHADO DA CONDIÇÃO FEMININA NO DECORRER DO TEMPO**

A história da condição feminina diz respeito ao papel que esta tem assumido ao longo dos tempos, bem como as práticas, ou ações necessárias para tal. Ao se debruçar sobre este campo de estudo é inevitável atentar para o avanço das conquistas femininas, mas também para a depreciação da figura feminina numa sociedade repleta de concepções oriundas do patriarcado. Conforme Norton; Alexander (2007) vale salientar que ao investigarmos a construção da figura feminina, isto é, da imagem da mulher, se faz um contraste histórico no qual se confrontam acontecimentos históricos com a real condição das mulheres, ainda, torna-se perceptível também, como tais acontecimentos influenciaram na vida das mulheres melhorando e/ou degradando suas vivências.

A história no que se refere a sua escrita tem como principal autor (es) o (s) homem (ns) e, conseqüentemente, seus feitos, sejam heroicos ou covardes, enquanto às mulheres cabe a exclusão e, quando retratadas, são geralmente expostas em papéis de gênero estereotipados, como esposas, mães, filhas e amantes objeto do desejo de algum senhor. O estudo da história é repleto de significados em relação ao que se considera historicamente "digno". Há, ainda, outros aspectos que surgem neste campo de estudo a fim de tratar a diferença na vida das mulheres causadas por outros fatores, tais como: raça, posição econômica, condição social, entre outros aspectos da sociedade que fazem parte do cotidiano seja qual for a época em que a história aconteça.

Outra característica relevante ao tratar-se da história quando analisada do ponto de vista da mulher é que se produz uma crítica à visão da história dominante, já conhecida e predominantemente masculina, que criada nessas condições, reflete de modo inequívoco uma diferença social. Assim, podemos observar e analisar os muitos modos como a disparidade entre os gêneros foi idealizada e perpetuada em uma dinâmica que coloca a mulher em uma espécie de coadjuvação da vida, uma vez que suas concepções são sempre relevadas e deixadas em segundo plano, sujeitando-a à submissão. Ao sair desta conotação, a mulher se coloca como promotora de uma rebeldia que quebra paradigmas e inaugura um novo jeito de pensar e conceber as relações.

Dessa maneira, observa-se que a história não traz em seu bojo uma história do ser humano em si, mas uma história cujo foco é única e exclusivamente direcionado para um dos gêneros: o masculino. O despontar dos ideais femininos representados pela reviravolta feminista no século XX começa a contestar essa forma de história, e as mulheres começaram

não somente a adentrar na história como sujeitos partícipes da mesma, como também, núcleos de questões próprias, aumentando a sua participação na escrita da história, dando origem à categoria de estudo “mulher”.

O estudo dessa nova categoria, no entanto, não ficou a salvo das críticas e sofreu-as porquanto essa identidade única, que promove a diferença entre “homem” e “mulher”, não seria suficiente para representar todas as diferenças entre as mulheres, expressar as necessidades e os mais diversos direitos da mulher, uma vez que as mulheres se encontram inseridas em muitas e diferentes formas de opressão. Estabelecer uma relação que distinga os sexos parece simplista, quando as diferenças entre as próprias mulheres mantêm contornos mais importantes. Não é apenas a questão da distinção clássica a qual estamos habituados, se trata das diversas formas e modos de ser mulher, de como se constituiu a(s) concepção (ões) do que é ser mulher que produziu diversas e distintas mulheres, cada qual com sua forma peculiar de opressão.

Conforme afirmação da conceituada escritora francesa Simone de Beauvoir (1980, p. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, desta forma, propomos uma reflexão acerca das fases vivenciadas pela mulher, visto que historicamente as mulheres estão submetidas às imposições e convenções sociais de uma sociedade patriarcal que tem sofrido mudanças ao decorrer dos anos, essa subordinação esteve presente em quase todas as etapas da história da humanidade, podendo ser entendida como uma violência que fere, ofende, maltrata, subjuga, humilha e viola os direitos da mulher. Assim sendo, passemos a abordagem da figura feminina em determinadas épocas e tempos a fim de melhor compreendermos o constructo que temos hoje como ideal de mulher. Traçaremos um panorama buscando evidenciar as questões que envolveram as mulheres e colaboraram para o despertar da equanimidade entre os gêneros.

## 2.1 A mulher: origem

A origem do ser humano é ainda hoje objeto de discussão entre diversas áreas de estudo. Ciência e Religião confrontam-se na procura de explicar, cada qual a seu modo, a origem da criação do universo e, conseqüentemente, do ser humano. Há concepções as mais diversas que buscam desvendar este mistério: o criacionismo, a evolução das espécies, seres de outros planetas e outras teorias. Contudo, na civilização ocidental tem grande impacto o criacionismo perspectiva que envolve a concepção religiosa do cristianismo que através dos séculos por meio das instituições religiosas rege a moral e costumes da sociedade ocidental.

Neste mundo em que a religiosidade tem grande importância ocupando papel de destaque, reside também a perspectiva científica que explica a origem do ser humano a partir da concepção de evolução.

O criacionismo consiste na tese embasada em conceitos judaico-cristãos que se encontram na bíblia de que homem e mulher, assim como tudo o mais que existe teriam sido criados por Deus: “No princípio, Deus criou o céu e a terra. [...] Deus disse: Que a terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um [...] Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. [...] E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; homem e mulher” (Gn 1, 1-24-26-27). Estes escritos encontram-se no primeiro capítulo do livro do Gênesis no qual ocorre a narração da criação do mundo e do homem buscando mostrar o lugar e a importância do homem e da mulher diante dos demais instrumentos da criação.

Os que acreditam nesta concepção compreendem que os seres humanos são seres escolhidos por Deus, portanto, superiores a qualquer outra forma de vida. No mesmo livro mais adiante ocorre de modo mais descritivo a narração da criação do homem e da mulher.

Então Javé Deus modelou o homem com a argila do solo, soprou-lhe nas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se um ser vivente. [...] Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho, vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante”. [...] O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante. Então Javé Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne. Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então: o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem! (GÊNESIS 2, 7-18-20-21-22-23).

Conforme a concepção criacionista a mulher foi retirada de forma literal do homem, é uma parte dele e exerce junto a este a função de auxiliar. Este conceito foi repassado geração após geração através dos tempos e nos dias atuais ainda é latente, embora a história possua a característica da cientificidade a origem do ser humano, seja qual for o gênero, ainda não encontrou uma elucidação que sobreponha o conceito criacionista já arraigado nas sociedades ocidentais. Deste fato decorre a importância desta concepção para que se possa compreender a condição da mulher em todos os tempos.

A teoria evolucionista tem como base os estudos do cientista inglês Charles Darwin, que propôs o evolucionismo. De acordo com Darwin, todos os seres vivos evoluíram a partir de um ancestral comum. As mudanças ocorridas e as diferenças entre as espécies deram-se pelo processo de seleção natural, no qual os indivíduos que melhor se adaptam ao meio



ambiente sobrevivem, deixando descendente, que por sua vez também sofrem alterações em seu mecanismo biológico e deixam novos descendentes formando uma espécie de círculo vicioso. Alguns estudiosos e defensores da teoria evolucionista acreditam que, em dado momento da evolução, os seres humanos e os macacos tiveram um ancestral em comum. Deste ancestral evoluíram dois grupos diferentes: um deles gerou o macaco e o outro gerou os seres humanos. Tal ideia causou grande impacto na sociedade cristã, que criticou duramente as pesquisas científicas de Darwin, pois ao propor esta teoria há a negação da concepção criacionista.

Estas duas noções são as mais comuns e aceitas quando se busca explicar a origem do homem – ser humano – no entanto, a criacionista encontra solo mais fértil nas mentes dos indivíduos, talvez pela falta de aprofundamento do conhecimento científico e a supervalorização do conhecimento empírico, bem como a predominância dos fundamentos cristãos em todas as esferas da sociedade que terminam, indubitavelmente, por influenciar a condição da mulher em quaisquer tempos e/ou sociedades.

## 2.2 A mulher da Pré-história e Antiguidade

As imposições feitas pela sociedade à condição de ser mulher, desde os tempos mais remotos, passando pela antiguidade até o final do século XVII (dezessete) , concebia a mulher como imperfeita por natureza, sendo vista como modelo de sexo único situava a mulher como um ser inferior ao homem na hierarquia social. A pré-história é um período que tem como característica principal no que se refere à História a ausência de documentos escritos que registrem os acontecimentos deste período.

Por esta razão não se sabe ao certo qual o papel da mulher no contexto pré-histórico. Alguns desenhos e pinturas, chamados de “arte rupestre” encontrados em pedras e cavernas é que fornecem alguma informação sobre esta época. Na arte rupestre a mulher aparece representada junto ao homem, ora evidenciado uma espécime de servidão, ora como mentora do cotidiano dos membros que formavam a família. Não havia a concepção de sociedade neste período histórico, homens e mulheres viviam em grupos pequenos e desempenhavam funções semelhantes, haja vista não haver divisão do trabalho e a mulher, por vezes, ocupava a posição central desse grupo sendo responsável por sua organização.

[...] de início, não havia nem divisão sexual do trabalho nem especialização. Elas se desenvolveram pouco a pouco. As tarefas mais especificamente femininas eram a

peleteria (tratamento das peles de animais), a costura, a manufatura de cestos e, mais tarde, a fabricação de potes de argila. Se o homem era o caçador e o artesão de suas ferramentas, a mulher se entregava à coleta e depois à agricultura (BELNET, 2014, p. 1).

Por algum tempo se mencionou a tese de uma sociedade matriarcal, haja vista a existência do entendimento de que quanto maior a prole da mulher mais afortunada a mesma era e, assim, tinha maior prestígio no grupo. Porém, a ideia de uma sociedade matriarcal foi abandonada com o tempo com os estudos acerca das formas de organização das sociedades. A pré-história foi um período no qual o homem inicia sua caminhada, é um momento de aprendizado das coisas mais simples necessárias à sobrevivência da espécie. Desta forma, não há como definir com precisão os papéis desempenhados por seus personagens, bem como identificar a mulher em suas especificidades.

A antiguidade também remonta uma época longínqua, porém seu estudo é possível graças aos escritos deixados por algumas civilizações que desenvolveram habilidades que proporcionaram a construção e aquisição do conhecimento. Foi na Antiguidade que grandes civilizações foram construídas deixando um legado que perdura até os dias atuais. Civilizações como: Creta, Suméria, Egito, Babilônia, Grécia e Roma deixaram amplos saberes que ao longo dos tempos foram aprofundados, surgindo, então, uma vasta literatura sobre cada uma dessas civilizações, assim como, o conhecimento inerente ao comportamento humano em cada forma de vivência.

A mulher nessas civilizações assumiu certa notoriedade, surgindo em torno delas certas formas de culto, não apenas à figura da mulher, como também a sua feminilidade representada através de diversas deusas objetos de cultos das civilizações. A mulher representava a fertilidade, aquela que gera e que concede a dádiva da vida, é por meio da mulher que os homens chegam ao mundo. Há ainda a nuance da pureza, a virgindade como presente que só deve ser dado, concedido aos deuses, desta forma as mulheres se destacaram como sacerdotisas, sábias, filósofas, matemáticas, pitonisas e, ainda, numa tradição mais lendária como verdadeiras guerreiras: as amazonas. Em todas estas representações, a mulher é vista sob um olhar mais libertário, entretanto cada qual teve que superar as barreiras próprias de seu tempo histórico.

É na civilização romana que obtemos o melhor exemplo de como as sociedades da antiguidade se organizavam e mantinham o pleno funcionamento de suas instituições, a primeira: a família. É de suma importância a constituição da família para os romanos, esta tinha sua formação a partir do casamento ocupando papel central na vida social. A partir da

família foi que se estabeleceram as três virtudes romanas: a *gravitas*, que era o sentido de responsabilidade; a *pietas*, que configurava a obediência à autoridade; e a *simplicitas*, que impedia que os romanos fossem guiados pela emoção, mantendo sempre a razão.

A religião e o culto aos deuses era o alicerce da instituição familiar, a figura paterna tinha o poder "de vida e morte", que era exercido sobre os filhos, os escravos e, em alguns casos, também sobre a mulher. O *pater familias*, forma de poder exercida exclusivamente pelo pai tem origem no patriarcado hebreu, o qual pela primeira vez na história denominou de pai ou Deus à Deusa Mãe – antes nas civilizações a divindade suprema assumia sempre a figura feminina, era sempre uma Deusa e não um Deus – e disto decorre a centralização do culto e da religião na figura masculina.

Os valores cultivados na família romana levaram à valorização da mulher que a despeito de obedecer ao (*pater*) marido, era vista como um alicerce fundamental sendo o trabalho doméstico considerado uma virtude. A mulher gerenciava a vida, o cotidiano da casa e indiretamente como consequência a dos membros da família. Mais tarde, no século I a.C., a flexibilização das leis garantiu maior liberdade à mulher e maior participação na vida pública através da manifestação das imperatrizes e estudiosas nas mais diversas áreas de conhecimento.

### 2.3 A mulher da Idade Média

A Idade Média é conhecida como a idade das trevas, muitas lendas e mitos tem origem neste momento histórico. A este momento remontam o aparecimento de muitas concepções como a de pecado, mal, bruxaria, entre outras. É compreendido como período das trevas devido ao domínio hegemônico da Igreja Católica que acabou por abafar todo o progresso intelectual e científico através dos poderes concedidos ao clero fazendo com que fosse um período de escassa evolução em relação à Modernidade.

A Idade Média foi um período de grandes turbulências, invasões de territórios, guerras, perseguições, decadência, mas também um momento de reflexão sobre as estruturas que sustentavam o aparato social das comunidades denominadas aldeias ou reinos, tanto o é que ao final deste período buscam-se a criação e propagação de ideais como os de nação, estado, universidade, pessoa, consciência e, também, revolução. Os fatos ocorridos no período medieval levaram o homem ao engajamento de causas não mais individuais, mas, sim, coletivas.

A mulher neste período histórico aparece em diversas posições, primeiramente de forma tradicional como esposa, mãe e dona de casa e, em seguida ocupando espaço em vários postos de trabalho, principalmente aos ligados a educação e religiosidade. São exemplos de mulheres que desenvolveram atividades neste âmbito: Hilda Whitby, Rosvita de Gandersheim, Hidelgarda de Bingen entre outras, todas religiosas que se dedicaram a fundação mosteiros e/ou conventos, bem como escrita de peças de teatro e, ainda, escolas. Há, também, exemplos como o da Rainha Leonor que exerceu relevante papel político na Inglaterra e fundou instituições religiosas e educacionais.

A mulher da Idade Média apesar de seus feitos é ainda sinônimo de sexo frágil, desempenha funções apenas direcionadas a educação, seja através da religiosidade ou através da educação dos filhos. O ato de educar compete de forma natural a mulher, uma vez que gera, procria e, caso não o faça por escolher a vida religiosa, ainda sim mantém seu papel maternal, pois a função de cuidar, zelar, está sempre a postos para o suprimento das necessidades familiares é tipicamente feminina, portanto, própria da mulher. Reside nesta forma de pensar a submissão da mulher que antes de tudo deve exercer sua função de mãe. A maternidade torna-se uma obrigação, assim como casamento.

Há, ainda, o direcionamento a figura feminina como detentora de poderes mágicos oriundos da bruxaria e sua prática condena as mulheres acusadas inicialmente a exclusão social e por fim a morte, pois prefiguram a encarnação do mal que nelas se concretizam devido a concupiscência ou desobediência do preceitos religiosos e valores morais. A Idade Média proporcionou a mulher duas faces bem distintas, quando do ponto de vista secular, ou seja, numa perspectiva tradicional a mulher compreende a educação, o zelo, o bem estar da família, bem como a obediência aos preceitos religiosos que edificam-na como um sujeito revestido sob o aspecto da moral e decência. Enquanto na posição de libertária, a mulher é aquela que subverte, que desobedece, que tem poderes sobrenaturais e, portanto, não é aceita sendo rechaçada em todos os ambientes.

A mulher da Idade Média também conheceu o poder, principalmente aquelas que ocupavam cargos religiosos de grande importância, a esta mulheres era delegado grande poder, sendo as mesmas respeitadas e temidas até pelos nobres. A religiosidade que impregnou todo o período medieval inseriu nas famílias valores ainda vigentes, isto denota o poder exercido pela igreja católica de Roma. A igreja exerceu grande poderio neste momento histórico, suas marcas são profundas e perpassam os séculos assinalando nos homens hábitos, crenças, valores, princípios que norteiam comportamentos individuais e sociais. Assim sendo,

a mulher traz consigo como herança desta época obstáculos e lutas, anseios e idealizações, submissão e revolta que construíram a mulher do presente.

#### 2.4 A mulher do século dezanove (XIX)

No século XIX, o conhecimento através dos avanços científicos e exploração ganhou novo impulso, tornando o referido século numa pujante era de invenções e descobertas que foram a base para o avanço tecnológico no século posterior. Nesse momento histórico o conhecimento assume a posição de destaque, quanto mais o homem sabe, mais quer conhecer. Assim, muitas são as áreas de conhecimento que se expandem por meio de estudos e pesquisas. A biologia, a matemática, a física, a eletricidade, a metalurgia, entre outras são áreas trazem à tona saber que proporciona o crescimento industrial.

Como se pode observar este período histórico foi de grandes transformações em todas as áreas. Contudo, a condição da mulher não está inclusa neste vasto cenário de transformações. O início do século XIX para as mulheres foi marcado pelo fortalecimento do pensamento machista endossado pelas ideias da Igreja Católica e da própria ciência que apresentou importantes conquistas e descobertas, porém acreditava na ideia de que a mulher era inferior por sua condição física, devendo, assim ser-lhe reservada somente à função de procriação e afazeres domésticos, não era raro as vezes em que as mulheres não podiam estudar e quando era permitido sua educação se resumia ao aprendizado das primeiras letras, o que lhes era considerado suficiente para a educação dos filhos e cuidados domésticos de forma eximia.

O comportamento feminino no século XIX difere do masculino, pois estes possuem papéis distintos dentro da sociedade e da própria cultura. A manutenção do estereótipo do homem como o chefe da família era influenciado de sobremodo pelos dogmas da igreja influenciados pela concepção do patriarcado que surgiu na antiguidade oriunda do judaísmo que transformou e transferiu a ideia do divino ao homem, um Deus. Os dogmas (re) afirmavam que as mulheres eram feitas somente para procriar, ser carinhosa e uma excelente dona de casa, exercendo a função auxiliar prevista no criacionismo. A percepção quanto à padronização da mulher “ideal” e como essas devem se comportar participa dos discursos sobre gênero como práticas sociais, onde o saber e o poder se entrecruzam, configurando categorias sociais a serem divulgadas por instituições e subjetividades apropriadas e emitidas pelos sujeitos históricos.

É pela família que as mulheres se estabelecem, uma vez que são percebidas como mediadoras para construção da moral e da razão, desde muito cedo as mulheres assumem um papel disciplinar, cuidando das atividades domésticas, exercendo a subordinação revestida sob o aspecto da obediência, primeiramente ao seu genitor, o pai, em seguida aos seus irmãos e por último ao marido, não lhes sendo permitindo a escolha do seu próprio destino, o que acarretava numa posição social comum a quase todas: a função de esposa e mãe. O eixo familiar no século XVII permitiu a união, a família torna-se o permutador para a sexualidade, referindo-se a mulher como sexo frágil, como sinônimo de fraqueza para os homens. No século XIX esta ideia da mulher como sexo frágil se torna mais latente.

A fragilidade pressupõe a necessidade de proteção e, esta por sua vez requer à obediência que faculta o exercício de poder do masculino sob o feminino. A desobediência tem como resultado a não proteção, sem esta a mulher torna-se vulnerável à marginalidade. Uma vida marginal no século XIX impelia a mulher à prostituição, tal prática dispunha a mulher a uma avalanche de preconceitos, se nos bordeis e cabarés era objeto de desejo, fora destes espaços era um perigo eminente a instituição familiar. Os dogmas da igreja que adentraram a família tornando-se princípios vitais à segurança e manutenção desta instituição, compreendiam a prostituição como pecado estigmatizando ainda mais os preconceitos e validando a ideia de que a desobediência, portanto, a não sujeição da mulher aos seus senhores, conduziam-na a uma vida desregrada que tinha como castigo sua degradação moral.

A mulher trazia impregnada em si o fardo de sua sexualidade, por esta razão deveria ser vigiada e ter uma vida reclusa, longe de olhos estranhos e da complicada vida social que era especificamente meio para os homens. O isolamento era sinônimo de recato e cumprimento das regras de boa conduta. Logo:

Normas não explícitas determinavam os momentos e locais propícios, assim como as exigências de idade e estado civil para que as mulheres pudessem comparecer diante de estranhos. Das solteiras esperava-se um comportamento ainda mais retraído [...] É triste vê essas existências fanadas, sem contato algum com o mundo exterior, sem nenhum dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura de qualquer espécie (QUINTANEIRO, 1996, pp. 42-43).

Compreende-se dessa maneira que a figura feminina não usufruía dos direitos morais e/ou sociais em condições de equanimidade quando comparado aos homens, tão logo, eram vistas como objeto particular, um bem que se possuía – decorre daí a ideia de posse do corpo feminino, ainda mantida na atualidade. O direito de autonomia inerente a qualquer ser humano não cabia à mulher numa perspectiva da sociedade do século XIX, a mulher tinha a

obrigação de satisfazer desejos e interesses que não lhes eram próprios. Aspirar a uma melhor condição neste período não estava além de anseios sem perspectiva, pois toda tentativa de independência esbarrava no casamento como solução para o alcance da liberdade. O casamento bem realizado – entenda-se por bem realizado a união da mulher com um homem influente de família abastada – era uma aprazível recompensa para a família e, também, para a sociedade, afinal era para este ato que as mulheres eram concebidas e preparadas.

O potencial feminino não ultrapassava os cômodos da residência onde habitava com o esposo e prole, uma vez que a cultura usual do século XIX não via na mulher uma força de trabalho, assim o emprego da mão de obra feminina sequer era pensado. No que se refere ao aspecto financeiro a mulher era dependente do marido, esta dependência corroborava ainda mais pra sua submissão. A cultura ratificou a submissão feminina e a consequente desvalorização das atividades desempenhadas pela mulher, supervalorizando o papel masculino no domínio de todas as áreas e atividades que gerem a vida social e individual.

Vale ressaltar que a condição da mulher também dependia de características como: a condição social, econômica e cor da pele que influenciavam diretamente no seu cotidiano. As jovens, cujas famílias pertenciam a grupos sociais mais privilegiados tinham acesso a uma educação mais formal, com ensino da leitura e escrita, noções básicas de matemática, aulas de francês – considera uma língua nobre à época –, aulas de piano e incentivadas ao desenvolvimento de habilidades domésticas que as tornariam moças prendadas, portanto, atraentes e propensas a um bom casamento, enquanto as jovens de famílias menos influentes ficavam a mercê da sorte e/ou destino e desde cedo aprendiam os cuidados domésticos que tinham maior importância.

Para muitos grupos da sociedade do século XIX, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, não havia a necessidade da obtenção de conhecimentos além daqueles que as ajudassem a consolidar a sua moral e os bons princípios visto que, o que contava não eram seus desejos, mas sim sua função social: a de pilar de sustentação do lar. As mulheres tinham que estar enquadradas perfeitamente num esquema de ordem social conservador, deixando o espaço político e social para o homem. Por muito tempo no decorrer do século analisado, a orientação da ideologia católica, mais conservadora, insistiu fortemente nos padrões tradicionais de ordem e disciplina familiar, nos quais a sujeição das mulheres as obrigava ocuparem somente o espaço privado. Assim sendo, se constata a maneira como essas características ajudaram a modelar um padrão de família burguesa e conservadora.

## 2.5 A mulher do século vinte (XX): o feminismo

O século XX é o século das grandes transformações, as descobertas e os avanços do final do século passado culminaram no desenvolvimento da civilização e no surgimento das grandes nações que ocupariam o posto de potências mundiais através da influência econômica e política que exerceriam sob outros. É momento, também, de evolução social de muitos e variados setores da sociedade com a ressignificação dos papéis sociais, os indivíduos antes sob a imposição e opressão rebelam-se e iniciam a luta por direitos. Todos os grupos que durante séculos foram colocados à margem começam uma verdadeira marcha na busca e reconhecimento de direitos como cidadãos partícipes de uma sociedade.

As transformações sociais que aconteceram no século XX tem sua maior representatividade no projeto de urbanização sofrido em todas as sociedades. O êxodo rural proveniente da industrialização fez com que os centros urbanos se tornassem o novo espaço do convívio social. Este novo espaço requer indivíduos com nova postura, homens e mulheres ocupam postos de trabalho nas indústrias, uma vez que a grandiosidade industrial requer maior quantidade de mão de obra. O crescimento econômico das nações acaba por modificar os modos de vida dos indivíduos.

No que concerne à figura feminina, embora ocupando postos de trabalho, a mulher ainda traz em si a marca de indivíduo de função auxiliar mantendo, antes de tudo, às funções tradicionais que lhe foram impostas, depois é que exerce o papel de trabalhadora. Há, assim, o acúmulo de funções/papéis a serem desempenhados. O meio social se mostrava hostil para as mulheres por meio da recusa de direitos como o de votar, ter salário igual ao dos homens, exercer a chefia de cargos, ter uma educação semelhante a dos homens. Assim, as mulheres estavam excluídas da vida política, não se considerando os direitos básicos concedidos aos cidadãos quando estes incluíam as mulheres, também recebiam salários inferiores aos homens, eram rejeitadas para cargos de chefia não importando sua competência profissional e, ainda não podiam receber uma educação que ultrapassasse o limiar das atividades domésticas.

A luta pela igualdade e fim da opressão feminina tem início em meados do século XIX, especificamente no ano de 1857, quando em Nova Iorque numa indústria têxtil um grupo de mulheres morrem incineradas como forma de repressão a uma greve por melhores condições de trabalho, evento hoje comemorado a 08 (oito) de março, Dia Internacional da Mulher. Porém, é a partir da década de 60, já na segunda metade do século XX, que surge um movimento de luta pelos direitos da mulher de forma mais consistente e que atinge maior expansão e adesão social: o Feminismo.



Segundo consta no Dicionário Aurélio, Feminismo é “o sistema dos que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a igualdade dos direitos delas aos do homem” (AURÉLIO, 2000, p. 317); enquanto do Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras, encontramos: “Feminismo: movimento em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres” (BECHARA, 2011, p. 581). Ambas as definições trazem à tona a questão da igualdade entre gêneros que até o presente momento não havia sido confrontada. O Feminismo prefigura uma nova forma de compreender as relações sociais através do questionamento de comportamentos e conceitos já arraigados. É o embate entre o já estabelecido e o que nunca se ousou questionar.

Por meio do Movimento Feminista as mulheres se dedicam a denunciar as formas como os processos de socialização ensinam meninos e meninas a cumprirem seus papéis de dominantes e dominadas, sustentando que o masculino e o feminino são criações culturais, ou seja, comportamentos que aprendemos desde a mais tenra idade. Por ser um processo histórico e não uma consequência casual biológica, a hierarquia entre os sexos pode então ser confrontada em todas as áreas. Assim sendo, as áreas de atuação da luta feminista são muitas e em constante expansão, abrangendo diversas vertentes sociais.

As principais causas defendidas, e expostas pelo feminismo são o fim da violência doméstica e da cultura do estupro, a descriminalização do aborto, a liberdade sexual, o fim da desigualdade salarial e o reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho não remunerado. A variedade de temas abordados dentro do feminismo possibilita que alguns grupos também se organizem a partir das suas reivindicações e experiências específicas, a exemplo das mulheres negras, das mulheres trans e das lésbicas. Em todas as suas representações, o objetivo comum das feministas é o empoderamento da mulher e o fim do machismo como um todo, desde as esferas políticas até os meios de comunicação.

O movimento feminista promoveu a quebra de padrões sociais e sexuais, bem como a recusa do modelo de feminilidade vigente contestando o conceito de mulher e a submissão destas em seu papel de auxiliar que lhe foi atribuído desde o princípio, seja nas relações públicas ou privadas. A mulher lutou arduamente por direitos como o de votar e ser votada nos pleitos eleitorais, de obter leis que as protegessem das mais diversas formas de abuso, de trabalhar em condições de igualdade com os homens, etc. Contudo, há muito ainda a ser conquistado. O desrespeito, o preconceito e o pensamento machista são ainda presentes e atuantes. Porém, muitas outras lutas surgiram e hoje habitam juntas os mesmos espaços na busca pelo direito de ser sujeito livre e responsável por sua própria condição.

## 2.6. A mulher de hoje: contemporaneidade

Após as lutas pela igualdade de direitos travadas no último século, a mulher contemporânea acumula funções que antes eram delegadas apenas aos homens. A mulher emancipada tem ampliado cada vez mais sua participação no cenário social. Assim, a figura feminina que antes era um elemento secundário, passou a ser algo extremamente importante nos dias atuais, exercendo cada vez mais o papel de protagonista, embora ainda existam resquícios históricos do patriarcalismo que tornam suas vivências mais difíceis. É imprescindível dizer que a participação feminina tem aumentado nas estruturas sociais, deixando a concepção tradicional de mulher de lado assumindo funções de destaque nas sociedades que as permite fazer parte de estruturas hierárquicas menos submissas.

O mercado de trabalho tem se mostrado mais receptivo as mulheres, porém resiste à desigualdade no que se refere aos gêneros. A mulher tem um salário inferior aos dos homens, bem como acumula funções, sejam no trabalho ou em casa acarretando na sobrecarga de responsabilidades. A mulher contemporânea é ágil, hábil, está apta a ocupar os mais altos cargos como a Presidência da República de um país, ou, ainda, presidente da suprema corte do Tribunal Federal. A condição feminina hoje caminha por outro viés, sendo possível maior liberdade escolha. Contudo, nem tudo foi conquistado, pois os resquícios de uma sociedade patriarcal são presentes e vigentes ainda.

As mulheres precisam seguir adiante com suas lutas contra a misoginia, o preconceito de raça, cor e origem social que necessitam ainda serem superados. A contemporaneidade possui seus próprios desafios, em contrapartida se tem mulheres mais preparadas para a luta. O avanço do conhecimento científico proporcionou maior e melhor esclarecimento acerca dos próprios direitos, tornando a realidade menos opressora e o cotidiano mais livre. É preciso coragem e ousadia para ser mulher, é preciso ser um sujeito cujos valores perpassem o já dito, o já colocado como verdade absoluta. Há que se reinventar o ser mulher, pois já dizia Simone de Beauvoir (1980, p. 9): “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

### 3. UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO FEMININA EM: *LA INOCENCIA CASTIGADA (1647) E NADA MENOS QUE TODO UN HOMBRE (1920)*

A literatura tem importante papel na sociedade atuando como instrumento de manifestação cultural e fonte de análise e pesquisa dos contextos históricos e sociais nos quais as obras são produzidas. Não à toa se menciona que a literatura é a arte da palavra, uma vez que por meio da palavra são expressos os sentimentos, anseios, conflitos, relações de poder, lutas e opressões. A literatura traz em seu bojo as características próprias do contexto de produção, permitindo uma espécie de mergulho no tempo – espaço, assim propõe o aguçamento da percepção e sensibilidade aos fatos apresentados proporcionando o desenvolvimento do senso crítico do leitor.

Esta forma de compreensão é possível por meio da leitura, que permite a autonomia social do indivíduo, estimulando o conhecimento e ajudando a refletir sobre o mundo e si mesmo. Desta maneira, a literatura deve ser compreendida como algo necessário e intrínseco ao cotidiano, pois sua expressividade artística é o meio pelo qual se demonstram desejos e ideologias, ainda que seja através da recriação da realidade, neste sentido, a literatura torna-se a arte da palavra. Por sua vez, a realidade social, os comportamentos e a história tornam-se a inspiração para a expressão artística contribuindo para a interpretação da obra literária.

A interpretação literária tem elo estrito com a época, que no estudo da literatura se convencionou denominar escola ou período literário. Cada um destes possui características específicas que evidenciam costumes, pensamentos e ações na esfera artística, política, literária e outras que aparecem representadas no enredo da narrativa. As obras aqui analisadas apresentam aspectos do período Barroco que “compreende, aproximadamente, os três primeiros quartos do século XVII, concentrando-se com maior intensidade, em sua mais plena significação, de 1605 a 1650” (MARAVALL, 2009, p. 42).

As obras *La inocencia castigada (1647)* de María de Zayas y Sotomayor e *Nada menos que todo un hombre (1920)* de Miguel de Unamuno tem seu enredo inserido dentro da época barroca. Sendo que a primeira é contemporânea do barroco e integra a chamada *Parte segunda del Sarao y entretenimiento honesto, Desengaños amorosos (2009)* uma coletânea de contos. A segunda, embora não tenha sido produzida no período barroco traz em seu enredo aspectos que remetem ao período demonstrando as relações que ora vigoravam. Assim sendo, tais obras se tornam objeto de estudo e análise da condição da mulher levando em consideração todos os aspectos históricos e próprios desse período.

### 3.1 La Inocencia Castigada (1647)

A personagem principal desta narrativa, Dona Inés, sofre assédio por parte de Don Diego, um cavalheiro que não mede esforços para conquistá-la mesmo sabendo que ela é casada, o cavalheiro consegue alcançar seu objetivo. Por meio de magia, seduz Dona Inés, manchando a sua honra, a sociedade a inocenta, pois entende que ela foi vítima de um feitiço, porém sua família, – marido – irmão e cunhada acreditam que Dona Inés havia infringido os princípios morais da época e com isso proporcionado desonra para eles. Dessa forma, a jovem é castigada sendo presa em uma parede durante seis anos sem acesso à comunicação com as pessoas do mundo externo.

O perfil da mulher nesta obra segue a teoria do drama, focalizando os princípios norteadores da sua construção social. Na família, a violência contra a mulher causa sofrimento e distúrbios de ordem psicológica, dificultando a interação de Dona Inés, sendo fonte de estresse com seus membros familiares e esses fatores fazem com que o perfil traçado pela personagem seja aprisionado a vínculos e domínios estreitamente familiares.

A violência contra a mulher nesta obra é um problema social, sobretudo um problema político-cultural que se sustenta nas diversas opiniões e crenças sociais, diante de homens e mulheres e de como devem relacionar-se entre si. Assim podemos constatar ao que a mulher está submetida: a violência e o aprisionamento familiar, sendo vítima e cúmplice do seu pai, do seu marido e da estrutura social.

A violência contra a mulher faz parte da história da humanidade, em seu sentido mais atual a violência significa empregar força e intimidar, subjugar, constranger, obrigar a alguém fazer alguma coisa que não lhe convém, impedindo e reprimindo o desejo e a vontade de decidir, optar e ter a liberdade desejada.

A violência está relacionada à pessoa humana, traçando um perfil da figura feminina, a violência que fere, ofende, subjuga, maltrata e humilha e impede a mulher do que realmente deve ser, é empregada como forma de controlar e manipular as mulheres. Vale ressaltar que a subordinação da mulher esteve presente em muitos momentos históricos, fortalecendo uma cultura que determinou papéis sociais às mulheres e aos homens, corroborando e legitimando a inferioridade da mulher. Assim os papéis foram sendo incutidos e construídos, elegendo aos homens a força, o poder, a dominação e à mulher a submissão, a obediência, a opressão.

Na obra de Zayas y Sotomayor *La Inocencia castigada (1647)*, o perfil da mulher vivido pela personagem principal sofre uma violência intra-familiar, esse termo permite compreender que esse tipo de violência pode acontecer dentro do ambiente doméstico. São

apresentadas ideias de uma sociedade patriarcal, de desvalorização das mulheres e de imposição ao cumprimento de seus deveres como esposa. Zayas (1647) representa uma transgressão às normas da época. Partindo deste pressuposto questionamos um panorama da condição da mulher durante o século XVII, a partir de uma narrativa que apresenta uma perspectiva feminina daquele contexto social.

A partir da observação que faz de seu entorno social, Maria de Zayas denuncia o sistema de opressão e exclusão sofrido pelas mulheres em um âmbito social em que predominam os valores patriarcais, a autora faz uma reivindicação a respeito do sexo feminino, tanto na esfera social como no campo literário. Diante desse processo estava direcionado aos homens de forma exclusiva o acesso a prática da educação formal incluindo professores particulares, e as mulheres vistas como desmerecedoras de receber a educação formal, o papel que o sistema da época reservava era manter-se exclusivamente no cuidado do ambiente doméstico.

O matrimônio era conceituado pela sociedade como única forma honrosa para as mulheres, exceto para aquelas que optassem pelo caminho religioso, eram impostas as mulheres uma dessas opções, já que nesses âmbitos sociais a mulher poderia ser protagonista de sua própria história, em suas narrativas. Tendo como embasamento *La Inocencia Castigada (1647)*, a autora tem como tema os desenganos do casamento - como as traições e a instabilidade socioeconômica. Desta maneira a autora compõe sua narrativa com traços de ironia evidenciando a crueldade do homem. Em dado momento a narradora questiona: “¿Qué espera un marido, ni un padre, ni un hermano, y hablando más comúnmente, un galán, de una dama, si se ve aborrecida, y falta de lo que há menester, y tras eso, poco, agasajada y estimada, sino una desdicha?” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 266).

A autora enfatiza e polemiza ao criticar a religiosidade tradicional que não refletia sobre a condição de mulher: “Y de quien más pondero de crueldad es de la traidora cunãda, que, siquiera por mujer, pudiera tener piedad de ella” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 282). Portanto, se faz uma reflexão em sua época do papel da mulher, representando sempre a submissão do poder patriarcal, que regula os hábitos e a conduta da mulher. Conforme Rice (2009, p. 12): “Em uma progressão gradual de confinamento simbólica ou física, a protagonista é convertida com mais e mais violência no objeto simples, condenado a trivialidade do outro. Em primeira instância, é simbolicamente despojada de sua essência. Em segunda, é privada do controle de sua vontade através da magia”. Assim:

[...] contemplando a la luz que daba la belleza del hermoso retrato; que como la vela empezó a arder, la descuidada doña Inés, que estaba ya acostada, y su casa y gente recogida, porque su marido aún no había vuelto de Sevilla, por haberse recrescido a sus cobranzas algunos pleitos, privada con la fuerza del encanto e de la vela que ardía, de su juicio, y en fin, forzada de algún espíritu diabólico que gobernaba aquello, se levantó de su cama, y poniéndose unos zapatos que tenía junto a ella, y un faldellín que estaba con sus vestidos sobre un taburete, tomó la llave que tenía debajo de su cabecera, y saliendo fuera, abrió la puerta de su cuarto, y juntándola en saliendo, y mal torciendo la llave, se salió a la calle, y fue en casa de don Diego, que aunque ella no sabía quién la guiaba, la supo llevar, y cómo halló la puerta abierta, se entró, y sin hablar palabra, ni mirar en andas, se puso dentro de la cama donde estaba don Diego, que viendo un caso tan maravilloso, quedó fuera de sí; mas levantándose e cerrando la puerta, se volvió a la cama [...] (ZAYAS y SOTOMAYOR, 2009, p. 277).

Observamos neste excerto a maneira como a figura feminina representada pela personagem doña Inés tem sua essência, enquanto ser humano, negada e usurpada sendo induzida a satisfazer o ego masculino, “o homem nela satisfaz seus desejos sem lhe pedir opinião” (BEAUVOIR, 1980, p. 193). A mulher vista como objeto da obtenção e satisfação do desejo, desfigura a compreensão desta como sujeito. Doña Inés já vive uma vida reclusa, dedicada ao marido e ao lar, o único lugar que frequenta além da própria casa é a igreja, porém ao ser ludibriada com o empréstimo do vestido se priva da ida ao templo religioso a fim de evitar prováveis encontros com Don Diego que a procura movido pela paixão. A ida involuntária a casa de Don Diego numa espécie de transe provocado pela magia, último recurso para possuí-la é o ápice da negação da existência de Doña Inés como sujeito, haja vista negar aceitação de sua vontade, colocando-a numa posição de total submissão.

O empréstimo do vestido traz à tona a figura feminina sob outro ponto de vista, uma vez que a mulher que se dirige à casa de doña Inés nos é apresentada da seguinte forma: “[...] y ella con la arenga y labia necesaria, de que la mujercilla no carecia [...]” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 269), ou seja, como uma pessoa astuta e sem o merecimento da atenção a ela dedicada. Há aqui, dois pensamentos distintos: a astúcia e inteligência da mulher em contradição ao seu desfavor e sua desvalorização, já que usa sua astúcia para enganar “- No mi señora - dijo la enganosa mujer -;” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 270). Pois para pedir o vestido emprestado diz que o utilizará para uma ocasião especial – o casamento de sua sobrinha – despertando assim a solidariedade de Doña Inés.

Nesta perspectiva, a mulher assume o papel daquela que engana, que mente para obter aquilo que deseja, no caso, o dinheiro de Don Diego. O vestido é utilizado por uma jovem, cujas formas se assemelham a silhueta de doña Inés, porém a mesma difere em estirpe da qual será usurpadora. Doña Inés é mulher de beleza rebuscada, educada, recatada, enquanto a que simula ser a jovem senhora é de “[...] casa de unas mujeres de oscura vida [...] la más

hermosa [...]” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 269), ainda que sua beleza seja comparável a de doña Inés, o ambiente no qual residem, ou seja, o lar, a casa, as difere e atribui-lhes valores distintos.

O espaço compreendido pelo lar tem fundamental importância na vida da mulher, pois “a casa permite enfim à mulher uma fuga indefinida para longe de si mesma” (BEAUVOIR, 1980, p. 203). Ora, ao se propor uma vida reclusa doña Inés não busca só fugir às garras de Don Diego, mas também de si mesma refutando a ideia de que possa ser desejada. A consumação do desejo masculino assume aspecto de conquista, ainda que possibilitada através de meios escusos, refutados até mesmo pela igreja católica que dita os valores morais de então.

O ambiente e o cotidiano vivenciados no século XVII eram de machismo extremo. Zayas y SotoMayor demonstra de forma explícita o cotidiano de opressão experienciado pela mulher. Após doña Inés ter sido abusada<sup>1</sup> retorna a sua casa sem sentir nada: “[...] se salió por la puerta y volvió a su casa. Y llegando a ella, abrió, y volviendo a cerrar, sin haberla sentido nadie, o por estar vencidos del sueño, o porque participaban todos del encanto, se echó en su cama, que así como estuvo en ella [...]” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 278). O encanto é o meio pelo qual o homem exerce o domínio sobre a mulher nesta situação, há neste fato uma inversão de comportamento, haja vista a mulher ser sempre a detentora dos encantos que dispõe de um caráter mais suave. Contudo, o encanto é o meio pelo qual o homem encontra caminho para exercer sua força e masculinidade. Logo, Don Diego utiliza o subterfúgio do mágico para exercer sua vontade sobre Doña Inés.

A sexualidade feminina duramente reprimida não podia surgir sequer na forma de fantasia, tal fato pode ser observado quando Doña Inés acorda do torpor acarretado pelo feitiço, acreditando ter sonhado, repreende a si mesma por ter sonhos tão nefastos.

[...] y vamos a doña Inés, que como estuvo en su cama y la vela se apagó, le pareció, cobrando el perdido sentido, que despertaba de un profundo sueño; si bien acordándose de lo que le había sucedido, juzgaba que todo le había pasado soñado, y muy afligida de tan descumpuestos sueños, se reprendía a sí misma, diciendo:  
- ¡Qué es esto, desdichada de mí! ¿Pues cuándo he dado yo lugar a mi imaginación para que me represente cosas tan ajenas de mí, qué pensamientos ilícitos he tenido yo con este hombre para que de ellos hayan nacido tan enormes y desonestos efectos? ¡Ay de mí! ¿qué es esto, o qué remedio tendré para olvidar cosas semejantes? (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 278).

---

<sup>1</sup> Este termo é aqui empregado no sentido de que Don Diego obtém favores sexuais de doña Inés sem seu consentimento por meio de feitos que empregam a magia, ato repudiado pela igreja católica, instituição que ditava os valores e costumes sociais.

A atitude de Doña Inés revela a condição de opressão com a qual convive, opressão que só é possível graças aos métodos disciplinares vigentes que promovem o adestramento, conforme visto no capítulo 1 do item 1.2 sobre a disciplina dos corpos deste trabalho. A personagem busca dominar aos anseios que acredita sentir reprimindo a si mesma. O emprego das palavras *afligido*, *descumpuestos*, *ajenas e desonestos* em relação ao suposto sonho e sua imaginação exemplificam a intolerância e descontentamento consigo. Contudo, forças externas atuam na ação de Doña Inés, há nas entrelinhas deste momento da narrativa uma metáfora que relaciona a vela – acesa e apagada por Don Diego – aos meios disciplinares impostos pela sociedade que buscam padronizar os indivíduos, uma vez que a vela está estritamente relacionada com as ações levantar, ir à casa do cavalheiro e retornar, deitar-se novamente em seu leito.

A disciplina é pois o meio pelo qual os indivíduos são moldados. A vela, símbolo que pode ter inúmeras interpretações dentre elas a luz que guia, ilumina as mentes e o caminho daqueles que não querem permanecer nas trevas, oriunda da simbologia religiosa remanescente do catolicismo fortemente vivenciado na época, assume compreensão distinta, uma vez que este elemento é utilizado como objeto para concretização da magia, invocada sob o pretexto de obter os favores da dama. O desejo pela mulher influencia o recurso da magia que se consolida com o acender e apagar da vela que atua como uma espécie de instrumento disciplinar moldando a figura feminina, segundo a vontade da figura masculina que representa a sociedade.

Os sujeitos são frutos do meio no qual são moldados. Assim também o é a figura feminina que por séculos esteve sujeita à dominação masculina. Pode-se observar tal afirmação através da fala do narrador no seguinte trecho:

[...] la pobre señora andaba tan triste e casi asombrada de ver que no se podía librar de tan descompuestos sueños, que tal creía que eran, ni por encomendarse, como ló hacía, a Dios, ni por acudir a menudo a su confesor, que la consolaba, cuanto era posible, y deseaba que viniese su marido, por ver si con él podía remediar su tristeza (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 279).

Doña Inés em profunda tristeza e sentindo-se culpada recorre a Deus – o divino –, ao seu confessor – o padre que representa uma instituição: a igreja católica que ditava as normas e preceitos morais de então – e por fim, ao marido – que não está junto a si, todos figuras masculinas.

O desejo de ter a figura masculina representada por Don Diego por perto representa o caráter frágil ao qual a mulher foi exposta ao longo do tempo, bem como o papel de ser



dependente, aquela que necessita do olhar constante de seu protetor, a fim de que afaste não só os que a queiram fazer mal, como também os maus pensamentos. É a prática da vigilância constante sob o aspecto do exame que produz as características individuais, a mulher sob esta vigilância traz intrínseca a obediência, a submissão à figura masculina, primeiramente ao pai, depois aos irmãos e por fim ao esposo. É o que ocorre com doña Inés que diante do perigo recorre a vigilância a qual sempre foi submetida em busca de proteção. Não tendo o esposo junto a si, recorre a outras formas representativas da figura masculina: o padre e Deus, ou seja, a instituição normatizadora e a divindade suprema, não fugindo do caráter submisso e repressor já arraigado no meio social.

A figura masculina aparece sob o viés do poder, o homem está sempre em uma posição superior e a mulher sempre em uma posição inferior, tendo que corresponder aos anseios daquele para que possa ter um caráter existencial, ou seja, a figura feminina só é compreendida como um sujeito quando vinculada a um senhor que a tem como propriedade sua.

Paréciole, como era razón, a don Francisco que aquella dicha sólo venía del cielo, y muy contento con ella, lo comunicó con su mujer y con doña Inés, su hermana, que como no tenía más voluntad que la suya, e en cuanto a la obediencia y amor reverencial le tuviese en lugar de padre, aceptó el casamiento [...] De manera que antes de dos meses se halló, por salir de un cautiverio, puesta en otro martirio; si bien, con la dulzura de las caricias de su esposo, que hasta en eso, a lós principios, no hay quien se la gane a los hombres [...] hacen morir a puras necesidades de él a sus esposas [...] (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 265).

Na leitura da passagem da narrativa acima mencionada se constata a ideia da mulher como posse, tendo sua existência sempre ligada a uma figura masculina que comanda o seu “destino” e a qual deve sempre ser submissa, obedecendo-o e satisfazendo suas vontades. A objetificação da figura feminina tem início ainda na juventude, pois ao sair da infância e adentrar a adolescência já a percebem como mulher e, portanto, passa a ser objeto de desejo. A autora deixa esta transição evidente na narrativa no momento em que o narrador mostra – sem exatidão – a idade da personagem principal: “[...] cuya edad aún non llegaba a diez e ocho años. Pidióselas por mujer un caballero de la misma ciudad [...]” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 265).

Conforme Rice (2009, p. 114):

La historia es esencial para entender los símbolos que representan a la mujer convertida en alteridad. Lo femenino es el Otro, y, por lo tanto, es condenada a ser un mero objeto, por el mundo masculino. El papel del hombre en esta dualidad es la siguiente. Como sujeto hegemónico supedita y explota el objeto físico femenino.

Assim é possível observar que não há o sujeito mulher com a ausência do sujeito homem, pois conforme Beauvoir (1980, p. 73): “Não será com efeito aumentando seu valor humano que ela se valorizará aos olhos dos homens: será moldando-se aos sonhos dele”.

A mulher, na obra representada por doña Inés tem sua compreensão enquanto sujeito, ser humano, estritamente unida aos personagens masculinos que fazem parte de sua experiência de vida, pois “nas narrativas contemporâneas, como nas lendas antigas, o homem é o herói privilegiado” (BEAUVOIR, 1980, p. 31). Tanto o é, que são os homens representados pelas personagens de seu irmão, do corregedor e seus ministros que a “libertam” do encanto, como é relatado pelo narrador:

[...] y yendo encamanida a la casa de don Diego, encontró con ella el Corregidor, que con todos sus ministros de justicia venía de ronda, y con él don Francisco su hermano, que habiéndole encontrado, gustó de acompañarle, por ser su amigo; que como viesen aquella mujer en camisa, tan a paso tirado, la dieron voces que se detuviese; mas ella callaba y andaba a toda diligencia [...] tanto, que les obligó a ellos a alargar el paso por diligenciar en alcanzarla; mas cuando lo hicieron, fue cuando doña Inés estaba ya en la sala, que en entrando los unos y los otros, ella se fue a la cama donde estaba don Diego [...] (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 279).

O encontro que ocorre na rua a caminho da casa de Don Diego acaba por revelar a suposta traição. Ainda que sob o efeito do feitiço, Doña Inés, é investigada e não tem sua inocência comprovada de imediato. Tal atitude revela o pensamento de que a mulher é sempre a culpada, por possuir o poder da sedução. Transparece assim, a compreensão de que a mulher já traz consigo a culpa imposta através do mito da Eva. O corpo como símbolo do pecado, numa perspectiva foucaultiana é revestido sob o aparato do controle que acaba por reforçar o afastamento do próprio corpo, uma vez que não há o reconhecimento de si como indivíduo dificultando o trato com as sensações corporais, desejos e anseios, buscando os minimizar e frear, é o que ocorre com Doña Inés ao pensar que está tendo sonhos eróticos com Don Diego.

As imposições sociais que permeavam o século XVII no qual se passa a narrativa dispunham a mulher em relações de poder nas quais sempre eram submissas, conduzidas a pensar e ver a si mesmas como indivíduos falhos, ou seja, o anulamento de si mesma, da sua feminilidade. Conforme o trecho da narrativa a seguir: “Estaba ya vestida y arrojada sobre un estrado, alcanzándose un desmayo a otro, y una congoja a otra, que como vio al Corregidor y a su hermano, se arrojó a sus pies pidiéndole que la matase, pues había sido mala, que, aunque sin su voluntad, había manchado su honor” (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 281).

Doña Inés implora para que a matem, pois feriu a honra do irmão e do esposo, ainda que sem vontade própria. Neste ponto da narrativa se percebe a total submissão feminina, é preferível a morte a desapontar aqueles a quem deve respeito e obediência. Haja vista, “ser feminina é mostrar-se impotente, fútil, passiva, dócil [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 73); nesta forma de pensar e comportar-se jazem os ensinamentos repassados pela educação “caseira” – aquela aprendida em casa, ensinada pela mãe e outras mulheres mais velhas que fazem parte da família – e que são demonstrados pela personagem no momento narrativo acima descrito.

A desobediência implica o castigo, que nada mais é que uma forma de disciplinar/corriger/moldar o indivíduo de acordo com a vontade daqueles que detém o poder e, assim enquadrá-lo/a em um padrão. A figura da mulher desde a mais tenra idade sofre esse processo de moldagem, que transforma sua subjetividade em algo abstrato. A repressão sofrida no lar, ora paterno, ora esponsal transforma a mulher em um indivíduo passivo, automatizado produzindo uma verdade que subjulga e culpa a figura feminina por qualquer falha na qual sua imagem incorra.

Descoberto o engano e a prática da feitiçaria, maneira pela qual a jovem senhora foi atraída, o Corregedor desculpa oficialmente a Doña Inés, concedendo-lhe o perdão ante as leis e castigam a Don Diego. Porém, apesar da inocência declarada e comprovada, o irmão, o marido e a cunhada decidem castigar a jovem senhora. Para tanto:

En un aposento, el último de toda la casa, donde, aunque hubiese gente de servicio, ninguno tuviese modo ni ocasión de entrar en él, en el hueco de una chimenea que allí había, [...] pusieron a la pobre y desdichada doña Inés, no dejándole más lugar que cuanto pudiese estar en pie, porque si se quería sentar, no podía, sino, como ordinariamente se dice, en cuclillas, y la tabaricaron, dejando sólo una ventanilla como medio pliego de papel, por donde respirase y le pudiesen dar una miserable comida, porque no muriese tan presto [...] (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 283).

O aprisionamento de Doña Inés revela as amarras sociais as quais os indivíduos estão submetidos. Nas personagens masculinas do irmão – Don Francisco – e do marido – don Alonso – constatamos o exercício do poder centrado na figura masculina oriundo do patriarcalismo vigente na sociedade. Contudo, nos detenhmos na imagem feminina retratada na narrativa que neste momento é apresentada através de duas personagens: doña Inés e sua cunhada. A primeira tem sua liberdade cerceada, ainda que comprovada sua inocência, o cativeiro no qual a mulher é encerrada assume, pois, o viés dos aspectos socioculturais da sociedade. Ser inocente não retira a mancha que feriu a honra da família, uma vez que ao conceder favores a outro homem – mesmo involuntariamente – os valores e normas morais e

éticos foram feridos relegando a família as características de negligente, relapsa e indecorosa, visto que um de seus membros cometeu um ato vergonhoso.

Assim a atitude do irmão e do marido, os homens da família, se converte em laços irrompíveis do poder sobre a mulher, que por outra nuance é refém de seu próprio corpo, pois foi este quem despertou a atenção de Don Alonso e o desejo em desposá-la, assim como, a paixão avassaladora de Don Diego. A forma feminina – o corpo – desperta nos homens o desejo, “a jovem deverá não somente enfeitar-se, arranjar-se, mas ainda reprimir sua espontaneidade e substituir, a esta, a graça e o encantamento estudado que lhes ensinam [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 73), cedendo aos caprichos e violência masculina.

A cunhada representa no contexto narrativo outra forma da opressão feminina. Embora sendo mulher, colabora e apoia para a violência imposta a irmã do seu esposo. Vemos na cunhada a representação da mulher já moldada, como produto do meio social no qual convive, uma vez que enquanto mulher corrobora do pensamento de que a mulher deve ocupar determinado lugar: servir a um senhor, afinal é para isto que são educadas. Concordar com a violência cometida contra a jovem demonstra a sujeição, subordinação, bem como o desejo de usufruir o poder concedido apenas ao homem, ao masculino. É a subordinação visando à liberdade, ainda que dissimulada sob o aspecto da maldade, sendo uma espécie de intercambialidade, ou seja, ao aderir ao plano, a cunhada busca – mesmo que inconscientemente – negociar sua alteridade. Sendo conivente com o castigo imposto a jovem, a cunhada busca o respeito dos membros masculinos da família e, assim, usufrui do poder exercendo uma autoridade que é exclusivamente masculina.

A violência surge no contexto narrativo mais uma vez sob a forma de engano, doña Inés não sabe o destino que lhe é reservado. Desta forma, seu encarceramento é também involuntário, assim como sua sedução por Don Diego. Mais uma vez a vontade da mulher é negada, ratificando a sua condição de ser subordinado, objetificado. “A violência é a prova autêntica da adesão de cada um a si mesmo, a suas paixões, a sua própria vontade, recusá-la radicalmente é recusar-se toda verdade objetiva [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 69), neste sentido a agressão cometida é uma autoafirmação do ego de quem a comete, cuja verdade perpassa os limiares do poder, sendo assim, podemos afirmar que ser violento é exercer/ter o poder.

A violência adquire caráter de maior crueldade por ser cometida por aqueles que a deveriam proteger. A violência doméstica é uma “herança” sociocultural arraigada na sociedade, cuja origem é o patriarcado, sendo compreendida – por muitos – como algo comum, um castigo corretivo às transgressoras, manifestando na figura feminina a impotência

física. Segundo Beauvoir (1980, p. 69): “[...] traduz-se por uma timidez mais geral: ela não acredita numa força que não experimentou em seu corpo; não ousa empreender-se, revoltar-se, inventar: votada a docilidade, à resignação, não pode senão aceitar, na sociedade, um lugar já preparado”; é o que se pode observar na atitude de doña Inés ao sofrer os mais diversos infortúnios.

Diante da situação de total clausura no cativo em condições inferiores a mulher vai se deteriorando sem esboçar revolta alguma, embora sofra duramente a pena que lhe foi imposta, em uma aceitação passiva do lugar que lhe foi preparado. Nesta perspectiva a figura feminina perde a configuração de sujeito, sendo reduzida a uma forma sub-humana, pois além da submissão física a qual é sujeitada, está também submissa enquanto indivíduo. A mulher, assim, é um objeto, que quando não cuidado e mantido com desvelo deteriora-se. Doña Inés vai perdendo a beleza física ao longo de seis anos de cativo, porém seu sofrimento consiste não apenas deterioramento do corpo, mas também na deterioração da vida, roga aos céus que sua vida seja preservada, assim percebe-se a vontade em ser sujeito e não meramente objeto.

O emparedamento revela a condição da mulher como sujeito condicionado, indivíduo que tem sua (in) existência pautada pela vontade de outro sujeito, o qual representa o meio social, deixando transparecer o papel da mulher na sociedade e domínio ao qual está submetida. Assim como através de uma mulher é conduzida ao cativo é, também, por meio de uma mulher que se liberta do castigo, ainda que desfigurada:

En primer lugar, aunque tenía los ojos claros, estaba ciega, [...] Sus hermosos cabellos, que cuando entró allí eran como hebras de oro, blancos como la misma nieve, enredados y llenos de animalejos, que de no peinarlos se crían en tanta cantidad, que por encima hervoreaban; el color, de la color de la muerte; tan flaca y consumida, que se le señalaban los huesos [...] desde los ojos hasta la barba, los surcos cavados de las lágrimas, que se le escondía en ellos un bramante grueso; los vestidos hechos ceniza, que se le veían las más partes de su cuerpo; descalza de pie y pierna, que de los excrementos de su cuerpo, como no tenía dónde echarlos, no sólo se habían consumido, más la propia carne comida hasta los muslos de llagas y gusanos, de que estaba lleno el hediondo lugar. (ZAYAS Y SOTOMAYOR, 2009, p. 287).

A desfiguração feminina retratada no excerto acima é fruto da violência intrafamiliar, que subtrai toda a existência enquanto ser humano do sujeito mulher. Neste aspecto, a mulher é compreendida como um ser desprovido da subjetividade, não há querer no ser feminino, apenas a disposição para dominação e abdicação de si mesma, pois para isto é preparada desde a infância por meio da educação, cujos ensinamentos se voltam ao desenvolvimento das habilidades domésticas.

Sair do emparedamento não significa a liberdade definitiva, doña Inés é conduzida ao convento, outra clausura que não deixa de ser uma prisão. Sua inocência continua a ser castigada, não mais através da violência, mas através da justiça. Fazer justiça é sinônimo de reparação a todas as maldades cometidas contra a jovem, liberta do cativo “[...] estado en treinta [años], que era la flor de sua edad”. (ZAYAS E SOTOMAYOR, 2009, p. 287). A idade aparece neste contexto como o momento do ápice da figura feminina, isto é, aos trinta anos a mulher tem sua condição de mulher consolidada, pois neste momento da vida já está casada, com filhos já crescidos, já tem um lar e uma família constituída, o que reforça seu papel de esposa e mãe e, portanto, seu sucesso como mulher.

O convento é uma instituição social, é por meio das instituições sociais (familiares, de ensino, religiosas, econômicas, políticas, etc.) que os indivíduos se constituem como sujeitos, visto que são instrumentos reguladores e normativos das ações humanas, as quais reúnem um conjunto de regras e procedimentos que são reconhecidos pela sociedade. É no convento que Doña Inés é convertida em sujeito, ainda que simbolicamente, pois por estar cega não pode ver seu corpo físico que a tornou em objeto. Na clausura do convento está protegida do mundo exterior, da concepção objetificada da sua imagem, não enxergar o exterior possibilita a percepção do seu interior, conhecendo a si mesma. Logo, para ser sujeito é preciso libertar-se do olhar do outro.

Assim sendo, Zayas y Sotomayor trabalha em sua obra os desenganos do amor, em *La inocencia castigada (1647)* a perspectiva da mulher é explorada com ênfase demonstrando o universo feminino, no qual a mulher é transformada em objeto e enclausurada. Para tanto, conforme Rice (2009), primeiramente tem sua existência vinculada ao símbolo do vestido assumindo caráter de adorno, valor financeiro culminando na honra. Em seguida é compreendida como objeto, sua vontade, sentidos e vontade são banidos e manipulados; por fim como último passo ao seu extermínio enquanto ser humano é aprisionada fisicamente, sendo esquecida pela sociedade. Após seis anos de confinamento ressurgida desconfigurada, cega, e, só assim, se liberta e é capaz de ser sujeito, findando seu ciclo anterior existencial e regressando a si mesma.

*La inocencia castigada (1647)* é uma alegoria da condição feminina em uma época de brutalidade, seja física, jurídica ou psicológica (Rice, 2009). O feminino era objeto de controle da sociedade, passando por um processo de moldagem para assim adquirir caráter da honra e do bem proceder. A metáfora do encarceramento denota a condição de submissão e esquecimento do ser feminino em favor do exercício do poder na sociedade patriarcal, na qual o homem tem a hegemonia e a mulher função secundária. O corpo feminino é o objeto pelo

qual o homem exerce a prática do poder, seja seduzindo-a ou castigando-a, negando a existência da mulher enquanto sujeito, portanto, negando sua essência. A condição feminina é motivo de investigação a fim de que se compreendam as ideologias que culminam no esquecimento da mulher ou na função social auxiliar. Desta forma, através dos séculos o feminino tem sido sinônimo de servidão, passividade e submissão do ser humano, aspectos que a literatura deixa transparecer na construção das mais diversas obras nos mais diversos tempos.

### 3.2 Nada menos que todo un hombre (1920) de Miguel de Unamuno

*Nada menos que todo un hombre (1920)*, de Miguel de Unamuno, completa o trabalho intitulado: *Tres novelas ejemplares y un prólogo*, uma trilogia de romances composta pelos seguintes títulos: *Dos madres*, *El Marqués de Lumbria*, e *Nada menos que todo un hombre* entre os quais há certos paralelos, tanto em conteúdo, quanto em caráter. Neste último, as circunstâncias têm uma verossimilhança, de modo que é possível aproximar-se da realidade retratada na narrativa através dos protagonistas. Porém presume-se que o único objetivo é instanciar a tese de Unamuno sobre a vontade de ser.

A investigação sobre o que se é; constitui autêntica existência e adaptação à identidade pessoal das personagens, uma vez que estas retratam o cotidiano da relação entre muitos casais. No romance temos Julia Yáñez, como personagem principal, consciente de sua própria beleza e com o desejo de ser amada por si mesma, ou seja, ser amada por quem ela realmente é, não apenas por sua beleza. Julia quer um homem que queira a sua alma, o seu caráter, e não, apenas seu corpo, sua aparência física. Assim, casa-se com Alejandro que em um primeiro momento aparenta demonstrar o amor esperado pela jovem. Ironicamente, a obsessão de Alejandro é manter o seu machismo, assim é impedido de revelar suas emoções para Julia.

A história traz singularidades e estranhezas. Vítima de seu pai, que a quer casar para salvar-se economicamente, Julia Yáñez, procura desesperadamente por independência e amor. Ainda que não se manifeste usando estes termos, Julia busca ser vista como um fim e não como um meio. Assim, vê em sua relação com o noivo um meio para escapar do seu algoz, o pai, que a tem como moeda de valor. Ao mesmo tempo se vê com medo de Alejandro devido ao seu comportamento voluntarioso, cheio de si, causando-lhe uma dupla sensação, ora o desejando, ora o repudiando. Desta forma, há em Julia uma dualidade de sentimentos em

relação a Alejandro, que se desfaz após o casamento, no qual a personagem é convertida em uma espécie de prisioneira e/ou escrava dominada por um homem forte, mas também, frio e indiferente.

Julia é uma mulher consciente de que suas características físicas despertam nos homens o desejo, ela é consciente do seu poder de sedução. Conforme a fala do narrador: “Y ella, consciente de su poder, sentía sobre si la pesadumbre de un porvenir fatal” (UNAMUNO, 1999, p. 5), porém sua consciência traz também o pesar por sua rara beleza que a deixa exposta em uma espécie de prisão que prenunciava sua perdição: “Una voz muy recóndita, escapada de lo más profundo de su consciencia, parecía decirle: ¡Tu hermosura te perderá!” (UNAMUNO, 1999, p. 5), logo fica perceptível a imagem da mulher como produto, o que lhe acarreta a culpa por ser quem é e como é.

O casamento é tido como a salvação econômica da família, cuja moeda de troca é a mulher, que só tem tão estimado valor devido a sua beleza física, Julia tem consciência da sua condição feminina, como se pode constatar no trecho a seguir no diálogo entre mãe e filha.

[MADRE] - Mira, por Dios, hija mía, - le dijo su madre, - que ya se ló que hay, y le he visto rondando la casa, y hacerte señas, y sé que recibiste una carta suya e que le contestaste...

[HIJA] - ¿Y que voy a hacer mamá? ¿Vivir como una esclava, prisionera, hasta que venga el sultán a quien papá me venda?

[MADRE] - No diga esas cosas, hijas mía...

[HIJA] - ¿No he de poder tener un novio, como le tienen lás demás? (UNAMUNO, 1999, p. 7).

Julia, compreendendo a condição a qual está submissa, lastima e almeja encontrar um noivo que a liberte do cativo paterno, porém seu anseio por um noivo empreende uma cláusula: que ele a ame por sua essência e não por suas formas, pois “para ser feliz é preciso ser amada; para ser amada é preciso aguardar o amor” (BEAUVOIR, 1980, p. 33). Neste sentido, a mulher sente que sua existência está ligada a do homem, sem o qual perece, demonstrando dependência e a necessidade em satisfazer aos anseios masculinos.

A suprema necessidade para a mulher é seduzir um coração masculino; mesmo intrépidas, aventureiras, é a recompensa a que todas as heroínas aspiram; e o mais das vezes não lhes é pedida outra virtude senão a beleza. Compreende que a preocupação da aparência física possa tornar-se para a menina uma verdadeira obsessão; princesas ou pastoras, é preciso sempre ser bonita para conquistar o amor e a felicidade; a feiura associa-se cruelmente à maldade, e, quando as desgraças desabam sobre as feias não se sabe muito bem, se são seus crimes ou sua feiúra que destino pune (BEAUVOIR, 1980, p. 33).



A beleza é uma benção, mas também, uma maldição, pois lhes abre as portas para um futuro tido como promissor, no entanto, encerra-a em uma prisão da qual será sempre cativa. Em *Nada menos que todo un hombre (1920)*, a personagem principal não aceita as imposições que lhes são feitas pela família como reprodução das regras e normas sociais. Julia se enamora de outros rapazes, ao quais vê como noivos. Um primeiro “noivo”, Enrique, com o qual troca juras de amor e planeja fugir, libertando-se da imposição paterna. Entretanto no dia e hora combinados Enrique não aparece provocando o sentimento de frustração e raiva ao compreender que era desejada tão somente por sua beleza. Um segundo “noivo”, Pedro, também frustra as expectativas de Julia, quando fugindo com ela não atende ao seu pedido de suicidar-se junto a ela a fim de que demonstre seu amor. Novamente Julia acredita que o que encanta aos seus possíveis noivos é a sua beleza física, o seu corpo e sofre por esta razão, pois não tem sua missão de ser amada por quem é satisfeita.

A personagem Julia por meio de suas atitudes evidencia a condição feminina como produto do meio. Sua ânsia em ser amada denota um aspecto inerente à educação recebida, ou melhor, a educação a qual foi submetida. Contudo, a compreensão de Julia a conduz a percepção da tentativa de sua objetificação através do seu corpo, o que a decepciona e a move a rebelar-se, sempre buscando ela mesma encontrar um homem que a valorize, fugindo aos anseios da família. Sendo assim, Julia sofre com a violência psicológica em seus aspectos moral e mental. A mãe é a responsável por impor a filha, Julia, estes tipos de violência, segundo demonstrado nos diálogos a seguir:

[MADRE] - Pues lo que aquí hace falta, ya te lo he dicho cien veces, es que vigiles a Julia y le impidas que ande con esos noviazgos estúpidos [...]. No quiero nada de reja; nada de pelar la pava; nada de novios estudiantillos.

[PADRE] - ¿Y que voy hacer?

[MADRE] - [...].¿Hacerla comprender que el povenir y el bienestar de todos nosotros, de ti y mío, y la honra, acaso, lo entiendes?

[PADRE] - ¡Sí lo entiendo!

[MADRE] - [...] la honra de la familia, depende su casiamiento. Es menester que se haga valer.

[...]

[PADRE] - ¿Peró que quieres que haga?

[MADRE] - [...] darse cuenta de lo que tiene con su hermosura, y saber aprovecharla. (UNAMUNO, 1999, p. 6)

[MADRE]- Y veo, hija mía, – le dijo su madre – [...] si sigues así, no harás más que desacreditarte.

[HIJA] - ¿Si sigo cómo?

[MADRE] - Así admitiendo al primero que ti solicite. Adquiriste fama de coqueta y...

[...]

- ¡Ay, ay! De la casta de tu padre, hija. (UNAMUNO, 1999, p. 9)

Em um primeiro momento observamos o diálogo entre os pais de Julia, a mãe (Anacleta) atesta ao esposo (Victorino) a necessidade de casar a filha e de vigiar as ações da mesma. A mãe intima o esposo a exercer sua função de pai, vigiando sua filha e empreendendo o arranjo de um casamento que salve toda a família, alertando, também, sobre a honra da filha que simbolicamente representa a honra da família. Ao agir assim, a mãe busca impor a filha o mesmo destino que o seu, deixando visível o conflito existente entre ambas. Segundo Beauvoir (1980, p. 23):

[...] são complexas as relações entre mãe e filha; a filha é para mãe ao mesmo tempo um duplo e uma outra, ao mesmo tempo a mãe adora-a imperiosamente e lhe é hostil; impõe à criança seu próprio destino: é uma maneira de reivindicar orgulhosamente sua própria feminilidade e também uma maneira de se vingar desta (BEAUVOIR, 1980, p. 23).

Em um segundo momento, observamos a repressão que a mãe faz contra a própria filha, ao dizer que ela será desacreditada por se comportar da maneira como se comporta – dando atenção a qualquer pretendente que aparece – e empregando o termo “coqueta” deposita sob a filha o seu julgamento, menosprezando e lhe relegando uma vida à margem da sociedade, pois será uma moça sem honra, mal vista por todos. Neste sentido, a violência moral e mental se apresenta no contexto narrativo através das imposições da mãe em relação às atitudes da filha. Julia deve se portar segundo os ditames sociais que ora promoveram a moldagem da sua mãe como sujeito e, agora, a moldarão também. Assim, verificamos que o papel da mulher no contexto social permanece sempre o mesmo: ela é um indivíduo coadjuvante dentro das relações de poder, está sempre em segundo plano em posição de passividade, de submissão.

O casamento é a solução para os problemas financeiros da família, bem como a consumação do sonho de liberdade de Julia, pois “ela se libertará do lar paterno, do domínio materno e abrirá o futuro para si, não através de uma conquista ativa e sim entregando-se, passiva e dócil, nas mãos de um novo senhor” (BEAUVOIR, 1980, p. 67). Alejandro surge de forma misteriosa, ninguém sabe sua origem, sua história, mas ao saber da beleza singular de Julia Yañes, Alejandro quer vê-la e, vendo-a, deseja-a para si. Então escreve a Julia, que o responde com desdém, ao que recebe nova carta com os seguintes dizeres: “Usted acabará siendo mía. Alejandro Gómez sabe conseguir todo lo que se propone” (UNAMUNO, 1999, p. 14). A figura masculina se coloca como dono do querer, como senhor de si mesmo e daquilo

que deseja, despertando na figura feminina o desejo em entregar-se: “Este es un hombre! Será mi redentor” (UNAMUNO, 1999, p. 14).

A figura masculina é compreendida do ponto de vista feminino como um redentor, um protetor “para ela o mais importante dos empreendimentos” (BEAUVOIR, 1980, p. 67), bem como “apresenta-se a ele como o essencial e ela se apreende perante ele como inessencial” (BEAUVOIR, 1980, p. 67).

[NARRADOR] Y volvió a romper el pecho en lágrimas ahogantes. Sintió luego unos labios sobre sus labios y una voz que le decía:  
 [ALEJANDRO] - Sí, mi mujer, la mía..., mía..., mía..., ¡Mi mujer legítima, claro está! ¡La ley sancionará mi voluntad! ¡Oh mi voluntad la ley!  
 [JULIA] - ¡Sí..., tuya!  
 [NARRADOR] Estaba vencida. Y se encerto la boda. (UNAMUNO, 1999, p. 17)

O beijo, a carícia acompanhada de palavras que denotam querer, vontade, vigor conquistam a moça, pois o homem “é libertador, é o tão rico e poderoso que detém em suas mãos a chave da felicidade: é o príncipe encantado” (BEAUVOIR, 1980, p. 66). A mulher é preparada para este encontro e, chegado o momento, não pode resisti-lo. Neste momento, Julia cumpre com enaltecimento a tarefa para qual foi criada, ocupando o lugar que lhe é devido na sociedade de acordo com as relações de poder vigentes.

O casamento sinônimo de liberdade transforma-se em outra forma de prisão, porém, agora o seu senhor já não é mais o pai a quem pode confrontar e, sim, o esposo que nesta perspectiva assume a posição de dono, detendo todo o controle sobre a mulher.

Se casaron, fuéronse a vivir a la corte. Las relaciones y amistades de Alejandro eran merced a su fortuna, muchas, pero algo extrañas. Lo más de los que frecuentaban a su casa, aristócratas de blasón no pocos, antojábasele a Julia que debían ser deudores de su marido [...] Pero nada sabía de los negocios de él, ni éste le hablaba nunca de ellos. A ella no le faltaba nada; podía satisfacer hasta sus menores caprichos, pero le faltaba lo que más podía faltarle. No era el amor de aquel hombre a quien si sentía subyugada y como por él hechizado, si no la certidumbre de aquel amor. “¿Me quiere o no mi quiere?” – se preguntaba. (UNAMUNO, 1999, pp. 18-19)

Julia tem seus anseios saciados após o casamento, pois tem agora uma vida social distante do olhar de vigilância do lar paterno e materno, porém passa a ser refém de outro aspecto de vigilância tanto ou mais angustiante que o de antes. Agora, Julia tem sobre si todo olhar da sociedade, representado pelo olhar do marido, que a tendo conquistado e a tornado sua, dispensa-lhe toda a sorte de cuidados que o dinheiro possa alcançar, “o corpo da mulher é um objeto que se compra; para ela, representa um capital que ela se acha autorizada a explorar” (BEAUVOIR, 1980, p. 170). Vemos neste ponto de vista o aspecto da mulher

como produto/objeto valor que deve ser bem cuidado a fim de que transpareça através dela o poder de seu senhor.

Atente-se ainda para outro lado do conflito que é causa do sofrimento da mulher após o casamento: Julia tem de conviver com a dúvida se o marido a ama, o que dilacera sua identidade enquanto mulher, não permitindo o reconhecimento de si mesma como sujeito. A indiferença do marido retrata a indiferença social a qual a mulher é relegada e, assim, não consegue apropriar-se de uma identidade individual, senão em vista de outro indivíduo: o marido, pois “não separa o desejo do homem do amor a seu próprio eu” (BEAUVOIR, 1980, p. 76).

A dúvida do amor de seu marido faz emergir em Julia um sentimento desconfortante: “Y poco a poco, se le iba formando alma de esclava de harém, de esclava favorita, de única esclava, pero de esclava al fin” (UNAMUNO, 1999, p. 20). Logo se faz presente a percepção de que o casamento não é a liberdade que almejava, assim, os sonhos começam a tomar outra dimensão. Na tentativa de se aproximar do marido e conhecer sua história, Julia se depara com o sentimento egoísta e machista de Alejandro que trata a mulher como posse, sempre fazendo uso da expressão “una cosa mía”, ou seja, uma coisa minha, revelando o pensamento da sociedade que concebia a mulher como uma posse. Tanto a figura de Alejandro, como a de Julia, deixam transparecer a relação entre o masculino e o feminino na sociedade, onde este estava sob o domínio daquele.

Outro momento revelador na narrativa da condição feminina ocorre quando Julia diz ao seu marido sobre a gravidez: “Un rayo de sol naciente entró en las tempestuosas tinieblas de su alma esclava, cuando se supo encita de aquel su señor marido [...]” (UNAMUNO, 1999, p. 23). O anúncio da chegada de um possível herdeiro reforça os laços da submissão feminina, pois por meio da maternidade feminina o homem ratifica sua masculinidade, perpetuando o legado de sua estirpe. A mulher concede ao seu senhor o maior dos presentes e, este em resposta deve amá-la ainda com maior fervor. No entanto, Julia não obtém do seu marido o retorno esperado e a dúvida que a consome fica mais arraigada “Ahora sabré si me quiere o no [...]” (UNAMUNO, 1999, p. 23).

Desta forma, segundo Beauvoir (1980, p. 176) “equivale isso a dizer que não se trata absolutamente para a mulher de basear em sua singularidade relações com um esposo [...], mas sim de justificar em sua generalidade o exercício de suas funções femininas [...]”, uma vez que ao relatar a gravidez ao marido, Julia não busca somente comprovar o seu amor, mas reafirmar o cumprimento de seus deveres enquanto mulher e, portanto, ser merecedora do amor verdadeiro do marido. Neste contexto, surge na narrativa outra figura masculina

representada pelo conde Bordaviella, com o qual Julia mantém amizade a fim de provocar ciúmes no marido. Porém, o conde mantém em segredo sua admiração e paixão por Julia até que em um momento de diálogo, o conde lhe revela suas verdadeiras intenções.

A moral estabelecida pelas normas sociais impede Julia de sentir lisonjeada com a revelação do conde, entendida como assédio que desmerece e macula a honra feminina e, conseqüentemente, a da própria família, já que Julia é uma mulher casada “- Déjame, por Dios, señor conde, déjame! [...] – Por Dios, señor conde, por Dios, cálese que me está matando!...” (UNAMUNO, 1999, p. 29). Julia não aceita os sentimentos do conde, porém não os rejeita de modo que os revela ao próprio marido, que demonstrando toda sua autoconfiança na própria masculinidade desdenha das possíveis intenções amorosas do amigo da família que para ele não passava de uma distração para a mulher, uma vez que não o via como homem de fato, reafirmando sua masculinidade. No entanto, boatos começam a surgir até que não é mais a mulher que lhe fala sobre as investidas do conde e, sim, alguns conhecidos na tentativa de desmoralizar Alejandro. Este impasse acaba por culminar na agressão de Alejandro a outro homem que faz uma falsa acusação a sua esposa, maculando sua honra ao afirmar que Julia e o conde mantêm um relacionamento.

Alejandro que até então mantinha Julia sob seu domínio, sendo-lhe apenas indiferente a suas investidas amorosas que solicitavam da figura masculina a demonstração de seus afetos, impõe, pela primeira vez a esposa, a repressão proibindo-a de ler seus livros e levando-a contra sua vontade para uma casa de campo.

Cada vez comprendía menos Julia a su marido, pero cada vez se encontraba más subyugada a él y más ansiosa de asegurarse de si le quería o no. [...] Alejandro – nada menos que todo un hombre – no podía faltarle su mujer – la suya! – diciéndose: “A esta pobre mujer le está trastornando la vida de la corte y la lectura de novelas”, decidió llevarla al campo.[...]

- Una temporada de campo te vendrá muy bien [...]

Allí, en el campo, las cavilaciones de la pobre Julia se exarcebaron. Aburriase grandemente. Su marido no la dejaba leer. (UNAMUNO, 1999, pp. 34-35)

Desta forma, Julia é exposta a violência espacial e mental. Não pode permanecer na corte junto ao movimentado meio social e, também, é afastada do seu refúgio, os livros, que supriam sua solidão lhe proporcionando experienciar o amor, ainda que ilusório. A não confirmação do amor do marido propiciava em Julia comportamento de rebeldia, efetivado através da sua amizade com o conde Bordaviella. A mudança de espaço representa neste contexto, a tentativa de ocultação do indivíduo que retirado do meio social deve adquirir uma

nova postura. A mulher, quando não obediente às normas, é castigada com a sua retirada do convívio social.

Julia mergulha mais fundo em sua “solidão acompanhada”, sofre a violência mental ao ser proibida de ler os livros que o marido julga cultivarem o seu romantismo exarcebado, bem como sua rebeldia: “Te he traído para eso, para apartarte de los libros y cortar de raíz tu neurastenia [...] La culpa de todo ello la tienen los libros” (UNAMUNO, 1999, p. 35). A mulher incompreendida é feita cativa, tendo que ser aquilo que a sociedade por meio da família, representada na figura do marido, exige. O distanciamento do marido causa em Julia um efeito contrário ao que se é esperado, uma vez que ela o deseja próximo de si, não só na convivência diária, mas na demonstração de afetos.

A feminilidade em Julia luta por sua resistência, porém encontra no machismo a opressão à qual as mulheres estão submetidas. Ao saber da relação que o marido tem com uma criada, a Simona, ao confrontá-lo, Julia recebe deste uma espécie de elogio:

[Julia] - No creas, Alejandro, que no me he percatado del lío que traes con la Simona...

[Alejandro] - Ni yo lo he ocultado. Pero eso no tiene importancia. Siempre gallina, amarga la cocina.

[Julia] - ¿Qué quieres decir?

[Alejandro] - Que eres demasiado hermosa para diario.

[Narrador] La mujer tembló. Era la primera vez que su marido, la llamaba así, a boca llena: hermosa. ¿Pero, la quería de veras?

[Julia] - ¡Pero esse pingo!

[Alejandro] - ¡Por lo mismo! Hasta su mismo desaseo me hace gracia. No olvides que yo casi me crie en un estercolero, y tengo algo de lo que un amigo mío llama la voluptuosidad del pringue. Y ahora después, de estes entremés rústico, apreciaré mejor tu hermosura, tu elegancia y tu puleritud.

O homem justifica sua “falta” com a esposa como uma forma de melhor valorizá-la. Há nesta atitude o revelar do pensamento que vigora na sociedade, ao sexo masculino tudo é possível, enquanto ao feminino cabe-lhe a resignação e aceitação das imposições que lhes são feitas, confinada na construção de “[...] uma vida equilibrada, em que o presente, prolongando o passado, escape às ameaças do dia seguinte, isto é, precisamente, edificar a felicidade. Na falta de amor, ela terá pelo marido um sentimento terno e respeitoso chamado amor conjugal” (BEAUVOIR, 1980, p. 194). Sendo assim, a figura feminina é colocada dentro de uma prisão ideológica: “La incertidumbre del amor del hombre la tenía como presa en aquel dorado y espléndido calbozo de puerta abierta” (UNAMUNO, 1999, p. 23), isto é, o lar se torna sua prisão.

Vale ressaltar o aspecto da mulher enquanto instrumento de autopromoção, ou seja, o homem vê na beleza da mulher uma forma de expor todo o seu poder e riqueza. Alejandro se afasta de Julia maritalmente, evitando satisfazer seus desejos sexuais com a própria mulher a fim de que não estrague/acabe/deteriore a beleza da esposa que é símbolo de seu status de poder. Ao consumir a traição com a criada, Simona; Alejandro o faz por preferir saciar seu desejo com a criada, considerada por ele, feia e, portanto, sem valor. Logo não há o que degradar podendo satisfazer todos os seus impulsos sexuais. Ao afirmar que a esposa é muito bonita para satisfazê-lo todos os dias, Alejandro deixa transparecer o papel da mulher de objeto de status do poder masculino, através da qual junto a sua beleza acrescentam-se joias, vestimentas da mais fina espécie e adornos que transpareçam todo o poder do seu senhor.

O ápice da violência contra a figura feminina em *Nada menos que todo un hombre (1920)* é o encerramento da personagem principal, Julia, em um manicômio após ser declarada louca, pois na tentativa de causar ciúmes ao marido afirma ter um romance com o conde.

[Alejandro] - Mira, Julia – le dije con terrible calma su marido. – Estos dos señores son dos médicos alienistas, que vienen, a petición mía, a informar sobre tu estado para que podamos ponerte en cura. Tú no estás bien de la cabeza, y en tu ratos lúcidos debes comprenderlo así.

[Julia] - ¿Y qué, haces tú aquí, Juan? – preguntó Julia al conde, sin hacer caso a su marido.

[Alejandro] - ¿Lo ven ustedes? – dijo éste dirigiéndose a los médicos. – Persiste en su alucinación, se empeña en que este señor es...

[Julia] - ¡Sí, es mi amante! – le interrumpió ella. [...] (UNAMUNO, 1999, p. 39)

[...]

[Narrador] Cuando, algo después, salían los médicos del despacho de Alejandro decíanse:

[Médicos] - Esta es una tremenda tragedia. ¿Y qué hacemos?

[Médico] - ¿Qué vamos a hacer sino declararla loca? Porque, de otro modo, ese hombre la mata a ella y le mata a ese desdichado conde.

[Médico] - ¿Pero, y la conciencia profesional?

[Médico] - La conciencia consiste en evitar un crimen mayor. (UNAMUNO, 1999, p. 41)

Neste contexto a consciência feminina é julgada apenas por homens, que exercendo sua autoridade concedida consoante às relações de poder, definem sua saúde mental. O marido dá o resultado do exame antes mesmo de ser feito, os médicos corroboram com a vontade do marido exercendo uma função salvífica e o conde de amigo apaixonado se converte em um tipo de aliado de Alejandro, em nome da honra, da moral e ética social. Neste sentido a mulher está condenada ao julgamento da sociedade que a tem sempre sob a

perspectiva da culpa. Atestar sua insanidade é afirmar que o sujeito mulher não tem o domínio sobre si, haja vista até seus pensamentos serem vigiados.

O manicômio surge neste contexto como uma instituição que corrige aqueles que se desviam das normas comportamentais, é um dos instrumentos de disciplina – fomentados por Foucault – dos quais a sociedade dispõe e pelos quais reconstrói as práticas, saberes e regras sociais que determinam a percepção do outro de forma objetiva. O olhar sobre Julia, primeiramente a colocou em uma posição de objeto de desejo, em seguida de objeto de apreciação e por fim de objeto dispensável, uma vez que sua objetificação cumpre os anseios masculinos e da sociedade.

Encerrada no manicômio, Julia acaba por ceder às pressões do marido e, conseqüentemente, da sociedade. Assim, diz estar curada e que tudo não passou de um delírio: “Y por temor a enloquecerse de veras, se fingió curada, asegurando que habían sido alucinaciones lo de su trato con el Bordaviella. Avisáronselo al marido” (UNAMUNO, 1999, p. 42). O temor vivido por Julia é o temor vivenciado por muitas mulheres, que na condição de submissas se veem sem ter a quem recorrer para livrarem-se ou amenizarem a opressão vivida. É preferível ceder às vontades de outros – maridos, pais, irmãos... sociedade – que perder a suposta liberdade sendo retirada do convívio social, que não deixa de ser uma forma de violência, a mais violenta de todas elas: a exclusão.

Ao se colocar diante do seu senhor como “culpada”, ratificando a razão e vontade do marido, Julia desperta em Alejandro uma rara sentimentalidade que o ego machista masculino deixa transparecer:

[Narrador] Y entonces vió en Alejandro, pobre mujer, por vez primera, algo que nunca antes en él viera, le descubrió un fondo del alma terrible y hermética que el hombre de la fortuna guardaba celosamente sellado. Fué como si un relámpago de luz tempestuosa alumbrase por un momento el lago negro, tenebroso de aquella alma, haciendo relucir su sobrehaz. Y fué que vió asomar dos lágrimas en los ojos fríos y cortantes como navajas de aquel hobre. Y estalló:

[Alejandro] - ¡Pues no he de quererte, hija mía, pues no he de quererte! Con toda el alma, y con toda la sangre, y con todas las entrañas; más que a mí mismo. Al principio cuando nos casamos, no. ¿Pero ahora? ¡Ahora si! Ciegamente, locamente. Soy yo tuyo más que tú mía.

[Narrador] Y besándola con furia animal, febril, encedido, como loco, balbuceaba: “¡Julia! Julia! ¡Mi diosa! ¡Mi todo!” (UNAMUNO, 1999, pp. 43-44).

O amor que a feminilidade de Julia exigia ser expresso em palavras e gestos concretos de carinho é nesta hora demonstrado, de forma rápida comparada a um relâmpago tamanha a intensidade. Assim, Julia momentaneamente tem sua dúvida quase que dissolvida. Mas como



esse Alejandro torna a ser o que sempre foi: impetuoso, frio, indiferente e a dúvida de Julia em relação ao amor do marido para com ela é retomada, ainda, com maior intensidade.

Já de volta ao lar do marido, Julia vive a mesma relação de poder e subserviência de antes. Alejandro mais uma vez em uma autoafirmação do seu ego masculino convida o conde Bordaviella a sua casa para que a esposa possa lhes pedir desculpas por tê-lo acusado de forma tão grotesca, ou seja, tê-lo dito que era seu amante.

[Narrador] Pocos días después de haber vuelto Julia del manicomio, recibia el conde de Bordaviella, no una invitación, sino un mandato de Alejandro para ir comer a su casa.

[...]

[Alejandro] – No señor conde; aunque no sea un caballero, que no mucho menos, no he llegado aún a eso. Y a eso mi mujer quiere darle a usted unas explicaciones.

[Narrador] Alejandro miró a Julia. Y está, lentamente, con voz fantasmática, empezó a hablar. [...]

[Julia] – He hecho que mi marido le llame, señor conde – dijo Julia –, porque tengo que darle una satisfacción por haberle ofendido gravemente. (UNAMUNO, 1999, pp. 45-46)

A mulher é colocada novamente em uma posição de culpa, é nela – na mulher – que reside desde o princípio a culpa na concepção de mundo existente na época. A postura de Alejandro torna evidente este aspecto, visto que ele, o homem, não erra, pois é senhor de si, de sua vontade tendo a autoridade necessária para imputar a culpa a outrem e a inocência a si mesmo. A conduta de Alejandro em colocar em uma espécie de confronto a esposa e o conde é reveladora, uma vez que tal atitude é uma manifestação de seu poder, ele é um homem de verdade, nada mais que isto.

A narrativa prossegue mostrando o tormento de Julia, que após sua passagem pelo manicômio já não é mais a mesma. A indiferença do marido causa-lhe tamanho desconforto que começa a afetar seu psicológico e, em seguida sua saúde física. Assim:

A exuberância da vida é nelas barrada, seu vigor inutilizado transforma-se em nervosismo; suas ocupações demasiado sensatas não esgotam seu excesso de energia; por tédio e para compensar a inferioridade de que sofrem, entregam-se a devaneios melancólicos e romanescos; tomam gosto por essas evasões fáceis e perdem o sentido da realidade; abandonam-se a suas emoções com uma exaltação desordenada; não podendo agir, falam, entremeando amiúde coisas sérias com palavras absurdas; largadas, incompreendidas, buscam um consolo nos sentimentos narcisistas: olham-se como heroínas de romance, admiram-se, lamentam-se [...]

(BEAUVOIR, 1980, p. 38)

Julia adoece por não ter a certeza do amor do marido. “Todas esas tormentas de su espíritu quebrantaron la vida de la pobre Julia, y se puso gravemente enferma [...]”

(UNAMUNO, 1999, p. 50). Os sintomas psicológicos e físicos fazem transparecer primeiramente no comportamento e, em seguida no corpo os males causados pelo não entendimento de si como sujeito, isto é, Julia padece por não conseguir se perceber como sujeito no mundo, pois a suposta rejeição do marido retira toda a sua autoafirmação como sujeito diante de si e dos outros. Assim sendo, “Não lhe cabe senão passar por o julgamento do homem: nada lhe resta a fazer. Por isso é que a atitude do homem terá repercussões profundas” (BEAUVOIR, 1980, p. 120).

O padecimento de Julia desperta em Alejandro os sentimentos que ele buscou suplantar durante todo o seu convívio matrimonial com a esposa, buscando inconscientemente, no marido o elo paterno. Contudo, sua verve dominante permanece, por meio de sua fortuna tentar salvar a vida da esposa. Novamente é perceptível a questão do exercício do poder: “Cuando el hombre de fortuna vió que la Muerte le iba a arrebatarse su mujer, entró en un furor frío y persistente. Llamó a los mejores médicos” (UNAMUNO, 1999, p. 50).

É preciso que a mulher fique debilitada para que o homem possa lhe devotar alguma atenção, pois o objeto que é um símbolo pelo qual seu poder transparece pode vir a ruir, deixando evidente seu fracasso na arte de dominar, de ser um dominador, ainda que acorra ao leito externando palavras de mais profundo querer, recorrendo mesmo ao divino em uma atitude de desespero: “Sálvamela, sálvamela y pídemelo todo, todo, todo; mi fortuna, mi sangre toda, yo todo... todo yo” (UNAMUNO, 1999, p. 51). O aspecto financeiro é mais uma vez ressaltado, a sua vida é oferecida em troca da vida da mulher. Neste contexto a figura feminina é exaltada, assim, percebemos uma inversão de valores no que diz respeito à mulher, pois se faz necessário que esta seja colocada em um estado de quase morte – tomemos a palavra morte com o significado de inexistência – para que tenha sua existência valorizada.

No entanto, os esforços de Alejandro fracassam, e Julia não resiste. Acaba por falecer deixando ao marido a tarefa de criar e educar o filho, ao que em uma demonstração de frieza responde: “- Que muera también. Para qué lo quiero sin ti” (UNAMUNO, 1999, p. 52). Logo, a ausência da esposa esvazia o sentido da existência do filho, haja vista não mais haver quem o crie e eduque, tarefas exclusivamente femininas. Até no leito de morte a figura feminina não perde a sua função de auxiliar do homem, sem a qual este está desabonado.

Segundo Beauvoir (1980, p. 223): “O casamento incita o homem a um imperialismo caprichoso: a tentação de dominar é a mais universal, a mais irresistível que existe [...]”, e Alejandro não a resiste nem mesmo ante a morte da mulher. Se configurando em uma espécie

de Otelo<sup>2</sup>, com um desfecho fatídico. Após a morte da esposa em seus braços, Alejandro vai ao encontro do filho e com ele se tranca em um dos aposentos: “Lo cogió el padre y se enceró con él” (UNAMUNO, 1999, p. 53), chorando compulsivamente pede perdão ao filho pelo que irá fazer. A ausência de Julia promove em Alejandro um desespero que se traduz em um ato extremo, o suicídio.

- Mi sangre por la tuya – le dijo, como si le oyera, Alejandro. – ¡La muerte te llevó, voy a buscarté!  
 Creyó un momento ver sonreír a su mujer y que movía los ojos. Empezó a besarla frenéticamente por si así la resucitaba, a llamarla, a decirle ternezas terribles al oído. Estaba fría.  
 Cuando más tarde tuvieron que forzar la puerta de la alcoba mortuoria, encontráronle abrazado a su mujer y blanco del frío último, desangrado y ensangretado. (UNAMUNO, 1999, p. 54).

O desfecho trágico não era esperado ao final da narrativa. Contudo acaba por revelar os infortúnios dos quais padecem a mulher e, também o homem. A figura feminina é destruída pela incapacidade masculina em lhe conceder o valor que lhe é devido. Oprimida, subjugada, encarcerada em espaços físicos e, também ideológicos a mulher tem sua liberdade cerceada e sua identidade negada. Enquanto a figura masculina, embora detentora do poder e, portanto, na situação de dominador exerce sua masculinidade e liberdade que se traduzem em vigor, força e na capacidade de resguardar os sentimentos para não transparecer fragilidade. Afinal, Alejandro, assim como os demais homens são: *Nada menos que todo un hombre* (Nada mais que um homem de verdade).

---

<sup>2</sup> Nome de uma obra trágica de William Shakespeare, cujo personagem principal tem o mesmo nome. A trama gira em torno de temáticas como: ciúmes, traição e inveja que culminam no assassinato de Desdemona, esposa de Otelo e morta por este, que ao tirar a vida da própria esposa comete o suicídio.

#### 4. CONSIDERAÇÕES

A literatura exerce importante papel social, pois através das inúmeras obras nos mais diversos recortes do tempo nos proporciona a imersão em um dado contexto, sendo possível a análise e compreensão acerca dos hábitos e ideologias que vigoraram através dos séculos. As narrativas tornam possível a compreensão de comportamentos sociais e individuais retratando de forma verossímil as sociedades de cada época. Neste sentido, a ficção é uma mimese da realidade pela qual o homem se apropria da própria história.

As obras constituintes do corpus de análise deste trabalho evidenciam o caráter histórico-social da literatura, uma vez que por meio delas é possível compreendermos as ideologias que circundavam o pensamento da sociedade em meados do século XVI (dezesesseis) e início do século XX (vinte) no que se refere a figura feminina: a mulher, revelando o contexto de opressão e desigualdade ao qual as mulheres eram submetidas, sendo assim envoltas por uma situação de total submissão.

*La inocencia castigada (1916)* de Zayas y Sotomayor traça um paralelo da mulher enquanto indivíduo desprovido de vontade própria, portanto, assujeitado mantido sob os olhares vigilantes, dominadores e opressivos da sociedade, representada em suas relações de poder sempre por uma figura masculina: inicialmente o irmão, em seguida o esposo, ambos com o apoio da cunhada. Assim, podemos perceber que as estruturas de poder nas quais a mulher está ou é inserida a mantém sempre em uma posição inferior. A personagem principal, doña Inés, tem sua liberdade cerceada, deixando evidente o processo de violência vivenciado pela mulher em todas as instâncias da sua vida.

Em *Nada menos que todo un hombre (1920)* de Unamuno o tempo da narrativa se constitui de outro tempo histórico, início de um novo século, após importantes avanços científicos e tecnológicos, porém com o endossamento do pensamento predominante da igreja católica, o qual relegava à mulher o papel de auxiliar do homem e, portanto, uma inferioridade já própria do ser mulher. A personagem principal da narrativa, Julia Yáñez, diferente de doña Inés, é uma jovem consciente de sua condição e se coloca em uma posição de confronto ante o pai, não aceitando ser apenas uma moeda de troca, cuja finalidade é evitar o fracasso econômico de sua família com um casamento vantajoso.

O contraste entre as duas obras nos revelam mulheres com posturas distintas de acordo com seu tempo e sua realidade, porém iguais na desventura de ser mulher. Tanto Inés como Julia tem sua existência direcionada à satisfação dos anseios familiares, maritais e sociais.

Embora séculos separem o espaço-tempo vivido por cada uma das personagens, o casamento se configura como único meio pelo qual a mulher tem sua liberdade conquistada, assim como sua valoração como sujeito diante dos outros e de si. A condição feminina é sempre de subordinação a uma figura masculina que em seu exercício pleno do poder dispõe da mulher como um objeto. Assim, a figura feminina é objetificada por meio da ideia de posse que acaba por desencadear a violência física, psicológica, moral e intelectual, culminando no processo de exclusão da mulher do meio social.

A mulher compreendida enquanto objeto traz à tona a questão do corpo feminino como instrumento da objetificação. A beleza feminina é a fonte do desejo masculino, ser bela significa ser desejada, portanto, uma joia a ser comprada. O casamento é neste sentido um negócio pelo qual o homem adquire sua joia de valor pela qual fará transparecer todo seu poder, seja como homem individualizado na intimidade do lar, seja como homem social. Desta forma, a beleza feminina é um símbolo do status econômico e social do marido. O corpo neste âmbito adquire caráter de objeto em exposição deixando a mulher à margem da efeméride significativa, ou seja, a imposição de um valor a mulher está diretamente ligada a manutenção da sua beleza, sem a qual não desperta interesse e, portanto, sem valor.

Ambas as mulheres apresentadas como personagens principais sofrem a opressão da moldagem a qual os sujeitos são submetidos para que se encaixem nos padrões e normas sociais. Neste contexto aparece, primeiramente, a família, em seguida o convento e o manicômio como instituições normalizadoras que buscam resgatar os sujeitos tornando-os aptos ao convívio social. Tal exposição tem efeitos distintos nas personagens: em Inés o convento funciona como uma instituição que promove a autoafirmação do sujeito, o reconhecimento de si, enquanto em Julia, o manicômio causa tormento psíquico desencadeando depois transtornos e males psicológicos e físicos que a levam à morte.

A violência sofrida por ambas também tem efeitos distintos Doña Inés, termina cega, e Julia morta. As duas situações concedem à mulher um tipo de liberdade que as conduz ao êxito de suas existências. Esta em seu leito de morte tem a atenção do marido que desejava tendo a dúvida que se tornou causa do seu padecimento dissipada ante as demonstrações de amor do marido, já aquela tem através da sua cegueira a capacidade de voltar o olhar de forma interior, pois distante física e espacialmente dos olhares de outros pode olhar para si. Logo, constatamos que a opressão sofrida pela mulher resulta em causas que lhe imputam o não reconhecimento de si enquanto sujeito a não ser através do olhar do outro, no caso do homem que representa o meio social e as relações de poder que perpassam os tempos sempre em constante renovação.

Assim sendo, concluímos que a condição feminina tem atravessado os tempos sempre colocando a mulher em posições de inferioridade, rejeitando a sua constituição enquanto indivíduos autônomos capazes da alteridade. A mulher tem enfrentado as mais adversas condições tendo a submissão como regra principal. Compreendida como objeto para a obtenção do prazer, tem sua existência diretamente ligada aos anseios de outrem. Assim, o entendimento de que sua função é auxiliar o homem, vê-se destinadas a cooperar com afazeres domésticos através dos quais adquire algo que pode denominar seu: o lar e, por meio deste afirma sua existência, uma vez que um lar bem sucedido é sinônimo de realização.

Apesar das obras analisadas terem sido criadas em épocas diferentes e retratarem contextos históricos também diferentes, a condição feminina permanece inalterada. Logo podemos dizer que as mulheres não importando o tempo e o espaço, são colocadas em situações, cuja premissa é a submissão, o anulamento de si como sujeito para que possa obter sua inserção no meio social, de forma que sua existência venha a ter uma razão de ser. A alteridade feminina, como podemos vislumbrar nas obras só se constitui diante das normas sociais vigentes, através do olhar vigilante do outro. O olhar que vigia, que pune, que molda e transforma a todos em sujeitos aptos ao exercício da existência, conforme as normas da sociedade.

No entanto, o ser mulher tem ganhado nova configuração como passar do tempo. Após o início das lutas feministas em meados do século XX a mulher tem conquistado cada vez mais espaço e se colocado de forma diferente diante do mundo e de si mesma. Os padrões já existentes não mais prevalecem como regra geral, ou seja, um modelo único a ser seguido. Contemporaneamente a mulher procura a equidade de direitos, a função de auxiliar não mais lhes é o lugar devido. As mulheres ocupam posições e cargos de chefia, exercendo a função de líderes compromissadas e tão eficientes quanto os homens em suas tarefas. A maternidade, ainda é uma espécie de obrigação feminina, contudo não uma imposição.

A sociedade atual abre outros caminhos, possíveis à inserção da mulher como ser humano no meio social e não apenas como um objeto. Porém, muito ainda precisa ser feito e conquistado, a violência atinge milhares de mulheres, muitas vivem à margem da sociedade presas aos resquícios da dominação machista e patriarcal já arraigada no meio social. Todavia, as relações de poder que ora vigoram permitem a mulher um posicionamento diferente do que vimos representados nas obras. Sendo as mulheres donas de si e de seus anseios, conscientes de seu poder e de seu papel individual e coletivo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M. e PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Ed. Abril Cultural e Brasiliense, 1985.
- BECHARA, E. **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- BELNET, Frédéric. **A mulher na Pré-História.** (Reportagem/Revista História Viva). Disponível em: [http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a\\_mulher\\_na\\_pre-historia.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_mulher_na_pre-historia.html) Acesso em 22 de fev. 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e geral.** São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- FERREIRA, Aúrelio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** 4. ed. rev. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.
- Gênesis. Cap. 2. In: Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2005.
- HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940.** São Paulo: Editora Mulheres, 2003.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como pratica da liberdade. In: **Ditos & Escritos V** – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 91.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MARAVALL, J. A. **A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica.** Trad. Silvana Garcia. 1. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- NORTON, Mary Beth; ALEXANDER, Ruth M. **Major problems in American women's history: documents and essays.** Houghton Mifflin. 2007. ISBN 978-0-618-71918-1.
- QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher: O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

RICE, R. A. **Embrujos, violencia e clausura: la mujer en la Inocencia Castigada de María de Zayas (1647)**. México, Distrito Federal – Marzo-Abril. Año 4. Número 9. Destiempos: 2009.

SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (Org.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

SUMMERHILL, Stephen J. **Re-lectura de Nada menos que todo un hombre: alegoría de la creación**. Ediciones Universidad de Salamanca. Cuad. Cát. M. de Unamuno, 40, 2005, pp. 61-75.

TAVARES, Davi Kiermes. **O poder como inspiração: Elias, Foucault e a educação escolar**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 02 – Ano 3 – junho/2012 – p. 13.

UNAMUNO, M. de. **Nada menos que todo un hombre**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1999.  
Disponível em: <<<https://archive.org/stream/nadamenosquetodo00unamuoft#page/n0/mode/2up>>> Acesso em: 25/05/17

ZAYAS Y SOTOMAYOR, María. La Inocencia Castigada. In: **Desengaños amorosos**. 7ª ed., Madri: Cátedra, 2009.